



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL
(POSMEEX)

**PROJETO DOM HELDER CAMARA: METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS
EM MOACIR LUCENA – RIO GRANDE DO NORTE**

RECIFE-PE

2016

JOSIANI ALVES DE MORAIS

**PROJETO DOM HELDER CAMARA: METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS
EM MOACIR LUCENA – RIO GRANDE DO NORTE**

RECIFE-PE

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

(POSMEX)

**PROJETO DOM HELDER CAMARA: METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS
EM MOACIR LUCENA – RIO GRANDE DO NORTE**

JOSIANI ALVES DE MORAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

Prof. Dr. ANGELO BRÁS FERNANDES CALLOU
Orientador

RECIFE-PE

2016

Ficha Catalográfica

M827p Morais, Josiani Alves de.
Projeto Dom Helder Camara: metodologias participativas em
Moacir Lucena – RN / Josiani Alves de Moraes. – Recife, 2016.
70 f.: il.

Orientador (a): Angelo Brás Fernandes Callou.
Dissertação (Pós - Graduação em Extensão Rural e
Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural
de Pernambuco, Departamento de Educação, Recife, 2016.
Inclui apêndice(s) e referências.

1. PDHC. 2. Metodologias participativas. 3. Desenvolvimento
local. 4. Extensão rural. I. Callou, Angelo Brás Fernandes,
orientador. II. Título

CDD 303.44

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

(POSMEX)

**PROJETO DOM HELDER CAMARA: METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS
EM MOACIR LUCENA – RIO GRANDE DO NORTE**

JOSIANI ALVES DE MORAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Defendida e aprovada pela seguinte banca:

Prof. Dr. ANGELO BRÁS FERNANDES CALLOU

Orientador

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.^a Dra. MARIA SALETT TAUK SANTOS

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. JOSÉ NUNES DA SILVA

Departamento de Educação

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Dedico este trabalho a todos os assentados e assentadas do Brasil, que lutam pela partilha da terra.

AGRADECIMENTOS

Foi uma longa jornada até aqui e é a você, que de alguma forma vivenciou esses momentos ao meu lado, a quem eu devo meus eternos agradecimentos...

A minha família, pelo amor e dedicação. Vocês também são, de certa forma, autores deste trabalho, estiveram sempre em minha retaguarda, incentivando-me e me amparando.

Ao meu companheiro, Charles Paiva, pela leveza nos momentos difíceis.

Ao meu orientador, professor Angelo Brás Fernandes Callou, pela paciência pedagógica e gentileza em desenvolver comigo este trabalho de pesquisa.

Aos agricultores e agricultoras do assentamento Moacir Lucena, pela disponibilidade em aceitar a realização da pesquisa, e pelo acolhimento durante os dias de vivência.

A professora Salett Tauk e professor José Nunes pelo tempo ofertado a minha dissertação e pelas valiosas observações.

A Tayse e Thacya pela acolhida, amizade e companheirismo, minha gratidão por tudo.

Aos professores e às professoras do Posmex, por possibilitarem momentos tão ricos de construção de conhecimentos.

À turma do Posmex 2014, por todos os momentos que vivenciamos de aprendizagem coletiva.

À Unidade de Gestão Participativa do PDHC, pela atenção e disponibilidade em me atender no momento da pesquisa.

Quero dedicar todo o tempo que me resta à luta de chegarmos ao ano 2000 sem miséria
e sem fome (Dom Helder Camara)

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-------------------|--|
| ASA | Articulação do Semiárido |
| ANVISA | Agência Nacional de Vigilância Sanitária |
| ATER | Assistência Técnica e Extensão Rural |
| CPT | Comissão da Pastoral da Terra |
| COOAFAP | Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi |
| COOPERVIDA | Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural |
| EMATER | Empresa de Assistência Técnica, Extensão Rural |
| FIDA | Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura |
| MSTTR | Movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais |
| ONG'S | Organizações Não Governamentais |
| PDHC | Projeto Dom Helder Camara |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| SDT | Secretaria de Desenvolvimento Territorial |
| STTR | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais |
| UERN | Universidade Estadual do Rio Grande do Norte |
| UGP | Unidade de Gestão |
| ULS | Unidade de Supervisão Local |

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar as metodologias participativas do Projeto Dom Helder Camara (PDHC), no assentamento Moacir Lucena, no município de Apodi, Rio Grande do Norte. São analisadas, especificamente, as contribuições destas metodologias para o desenvolvimento local da comunidade. O PDHC está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), e ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida). As estratégias teórico-metodológicas na pesquisa se pautaram nos estudos de Ammann (1978), Peruzzo (2004), Bordenave (2013) e Demo (1993), no que se refere aos estudos sobre participação; e de Bava (2001), Jara (2000), Vione (2002), Franco (1998), Carvalho (1999), Buarque (1999) e Oliveira (2001), no tocante ao desenvolvimento local. Foram considerados nas análises os relatórios do PDHC e as entrevistas semiestruturadas realizadas com agricultores do assentamento Moacir Lucena e técnicos do PDHC/Coopervida. Foram utilizadas as seguintes categorias de análise, propostas por Demo (1993): *organização da sociedade civil; planejamento participativo; educação como formação à cidadania; cultura como processo de identificação comunitária e processo de conquista de direitos*. Os resultados apontaram para as análises apresentadas, revelando que as metodologias participativas utilizadas pelo PDHC possibilitaram um avanço na participação dos agricultores e agricultoras nos aspectos sociais e econômicos do assentamento, com reflexos positivos nos processos de desenvolvimento local da comunidade; ao mesmo tempo em que se observou um recuo na mobilização e organização comunitária, a partir do encerramento das atividades de assistência técnica do PDHC em Moacir Lucena.

Palavras-chave: PDHC; metodologias participativas; desenvolvimento local; extensão rural.

DOM HELDER CAMARA PROJECT: PARTICIPATORY METHODOLOGIES IN LUCENA MOACIR- RIO GRANDE DO NORTE

Abstract

The aim of this work is to analyze the participative methods of Dom Helder Camara Project (DHCP) in Lucena Moacir settlement in Apodi city, Rio Grande do Norte. Specifically, the contributions of these methodologies to the local community development are analyzed. The DHCP is linked to the Ministry of Agrarian Development, through the Secretariat of Territorial Development (SDT) and the International Fund for Agricultural Development (IFAD). The theoretical and methodological strategies in the survey were based on studies from Ammann (1978), Peruzzo (2004), Bordenave (2013) and Demo (1993), with regard to studies on participation; and Bava (2001), Jara (2000) Vione (2002), Franco (1998), Carvalho (1999), Buarque (1999) and Oliveira (2001) with regard to local development. The DHCP reports and semi-structured interviews performed with both farmers from Moacir Lucena settlement and technicians from the DHCP/COOPERVIDA were considered in the analyzes. The following analysis categories were proposed by Demo (1993) were used: civil society organization; participatory planning; education and training to citizenship; culture and community identification process and rights achievement process. The results presented by the analysis showed that the participatory methodologies used by DHCP enabled an improvement in the participation of farmers in social and economic aspects of the settlement, with a positive impact on the local community development processes; Moreover, it was observed a decline in community mobilization and organization, as of the technical assistance activities in DHCP Moacir Lucena was canceled.

Keywords: DHCP; participatory methodologies; local development; rural extension.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------|--|
| 1. INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 METODOLOGIA | 23 |
| 2. REVISÃO DE LITERATURA | 25 |
| REFERÊNCIAS | Erro! Indicador não definido.31 |
| ARTIGO CIENTÍFICO | 45 |

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é analisar as metodologias participativas do Projeto Dom Helder Câmara no assentamento Moacir Lucena, no município de Apodi, Rio Grande do Norte. O que se pretende, especificamente, é analisar as contribuições dessas metodologias na perspectiva do desenvolvimento local, a partir das atividades desenvolvidas no assentamento.

O Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) foi iniciado em 2002. Está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), e ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida). A estrutura de organização se dá por meio da Unidade de Gestão Participativa (UGP), sendo a sede localizada na cidade do Recife (Pernambuco), onde ficam os técnicos e gestores. O Projeto também trabalha com uma Unidade de Supervisão Local (ULS) em cada território atendido. Para isto, o PDHC tem como objetivo geral “gerar e difundir referências para orientar políticas públicas de desenvolvimento sustentável no semiárido do Nordeste” (JALFIM; SIDERSKY, 2009, p. 14).

O Semiárido Nordestino, foco central das ações do PDHC, tem como traço principal as frequentes secas que podem ser caracterizadas pela ausência, escassez, alta variabilidade espacial e temporal das chuvas. As características do meio ambiente condicionam fortemente as comunidades a sobreviver de atividades econômicas ligadas basicamente à agricultura e à pecuária (SUDENE, 2015).

É particularmente no âmbito das frequentes secas no semiárido que surgem as políticas públicas como possibilidade de melhorar as condições de vida de quem vive na Região. Contudo, diferentes diagnósticos constataam que, ao longo da história, as políticas públicas foram pautadas no clientelismo, baseadas em pacotes tecnológicos inadequados e degradadores das condições ambientais e que pouco contribuíram para o protagonismo, autonomia e fortalecimento dos agricultores. Com a falta de políticas públicas permanentes e eficazes, a cada período de escassez de chuvas voltavam as frentes de emergência como uma alternativa de trabalho precário e temporário, que o Estado disponibilizava à população rural pobre (BURSZTYN, 2008).

Apesar de um quadro histórico desfavorável, há indícios de mudanças. Para enfrentar a situação de pobreza e de desigualdades, vêm sendo investidos recursos de

várias origens na perspectiva de apoiar a implementação de processos de desenvolvimento que envolva as populações desfavorecidas do semiárido. Dentro do marco territorial, atuam o Projeto Dom Helder Câmara, as ações permanentes do Banco do Nordeste, com financiamentos realizados, através da linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), as organizações da sociedade civil, como o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), a Articulação do Semiárido (ASA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), igrejas e diversas organizações de base (SILVA, 2007).

No que se refere ao PDHC, segundo Araújo, Jalfim e Sidersky (2010), o projeto busca trilhar um percurso de reflexão e produção de conhecimentos junto aos agricultores e equipe técnica no semiárido, no sentido de incorporar análises sociais que promova, nas diferentes dimensões econômica, social, cultural e política, ações embasadas no fortalecimento de processos locais participativos e solidários.

Nessa perspectiva, o PDHC faz parte do plano de desenvolvimento rural, criado pelo Governo federal para atender as famílias do campo, na perspectiva de aumentar a produção, romper com as deficiências crônicas de pobreza, fortalecendo a agricultura familiar, seus saberes e fazeres, por meio da assessoria técnica permanente que incorpora conceitos e metodologias participativas de geração de conhecimento (ARAÚJO; JALFIM; SIDERSKY, 2010).

Dessa maneira, o PDHC almeja assegurar uma assessoria diferenciada do modelo clássico de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), que durante anos foi marcado por práticas difusionistas que se preocupavam com a modernização, a renda e a produtividade do meio rural, desenvolvendo métodos e inovações tecnológicas excludentes ao agricultor familiar (FONSECA, 1985; CAPORAL, 1999; DIAS, 2008; CALLOU; TAUK SANTOS, 2013).

Essas mudanças, de acordo com o PDHC, necessitam de novos instrumentos que serão baseados em metodologias participativas, que agreguem o agricultor, desenvolvendo suas potencialidades. Segundo Caporal e Ramos (2006), essas metodologias participativas precisam partir de um processo educativo e transformador, que permita o desenvolvimento de uma prática social e que leve os atores sociais a atuar sobre a realidade, a fim de alcançarem um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo.

O PDHC, assim se refere à questão metodológica do seu trabalho: “as metodologias devem favorecer o aprendizado gradativo e a construção

participativa/coletiva dos conhecimentos. Assim, o aprendizado deve viabilizar a reflexão, a partir de uma vivência prática das famílias, no seu cotidiano” (ARAÚJO; JALFIM; SIDERSKY, 2010, p. 27). São estas questões que devem direcionar e influenciar o PDHC a atuar no meio rural, possibilitando desenvolver uma assessoria técnica multidisciplinar, que tem como foco as metodologias participativas nas atividades, a partir da demanda da comunidade (JALFIM; SIDERSKY, 2009).

Entre os 12 objetivos específicos do PDHC, podemos, ainda que não explicitamente, relacionar as metodologias participativas, a estes:

Apoiar espaços interinstitucionais, democráticos para a implementação e controle de políticas públicas; fortalecer práticas organizacionais autônomas e solidárias; estimular e potencializar a participação direta de jovens; promover e apoiar ações para inclusão étnica, visando fortalecer a cidadania da população negra e indígena (ARAÚJO; JALFIM; SIDERSKY, 2010, p. 14).

Por sua vez, o PDHC parece ir ao encontro do novo modelo de extensão rural, que preconiza a intervenção em comunidades rurais pautada nos princípios do diálogo de saberes e do desenvolvimento, a partir do local. A extensão rural contemporânea privilegia as ações voltadas à agricultura familiar. Estas ações se diferenciam, portanto, do modelo de extensão na década de 1940, que buscava alcançar o desenvolvimento do meio rural, através da modernização do campo (CAPORAL, 2007; LIMA; ROUX, 2008).

A extensão rural voltada à agricultura familiar vai, portanto, ao encontro da Lei de Ater, criada em 2010 (Lei nº 12.188). De acordo com Mussoi (2006), em anos recentes, a Ater tem se mostrado como um efetivo e eficiente instrumento de política pública, atuando como dinamizador do desenvolvimento, pela sua metodologia e descentralização, possibilitando a proximidade estratégica com o conjunto da agricultura familiar.

Seguindo as diretrizes da Lei de Ater, o PDHC almeja assegurar, nas comunidades atendidas, debates e ações orientados por temas, como autonomia, democracia, protagonismo, articulação e fortalecimento de processos locais participativos e solidários (ARAÚJO; JALFIM; SIDERSKY, 2010). Entretanto, o fortalecimento da autonomia só acontecerá, segundo Delgado (2003), quando a extensão rural for realmente emancipatória e dialógica, devendo levar em conta o conhecimento dos envolvidos e a realidade do meio, tendo em vista uma ação que promova mudanças e melhoria da qualidade de vida.

Para o PDHC, as mudanças necessárias à extensão rural devem ser desenvolvidas através de estratégias que aumentem a capacidade e oportunidades das pessoas, com eixos de atuação, que vão desde a garantia de renda e acesso a serviços públicos, até envolvimento nas decisões. Esta mudança, de acordo com o Projeto, acontecerá com o uso de metodologias participativas nas atividades de extensão, abrindo caminho para um modelo de desenvolvimento que dê voz e vez a todos os envolvidos (JALFIM; SIDERSKY, 2009).

Na busca por uma possível compreensão a respeito de como as metodologias participativas estão sendo asseguradas pelo processo de reconfiguração da extensão rural, escolhemos o Projeto Dom Helder Camara como objeto desta pesquisa. Para isto, tomamos como referência a realidade do assentamento Moacir Lucena, no município de Apodi-RN. Durante a assessoria técnica do PDHC, a agricultura de tipo familiar foi responsável pela maior parte de alimentos da comunidade e pela existência de um particular tecido social rural, capaz de favorecer processos de construção de novas estratégias de desenvolvimento rural, com destaque em estratégias de promoção de agriculturas diversificadas e sustentáveis, capazes de contribuir, para a participação dos envolvidos e sua presença basilar, para a organização dos processos de emancipação comunitária (JALFIM; SIDERSKY, 2009).

A escolha do assentamento Moacir Lucena deve-se ao fato de ele envolver, a partir de 2003, um trabalho de extensão orientado por técnicos da Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural (Coopervida), órgão executor dos projetos do PDHC, com o objetivo de desenvolver uma assessoria técnica presente na vida das famílias agricultoras de forma participativa. Assim, a experiência do assentamento Moacir Lucena se mostrou como um campo fértil para se investigar sobre as implicações das metodologias participativas, na dinâmica local.

O assentamento Moacir Lucena está localizado no município de Apodi, na microrregião da Chapada do Apodi do Estado do Rio Grande do Norte, distante a 390 km da capital Natal. Reconhecido como de interesse social para fins de Reforma Agrária em 24 de maio de 1998, portaria nº 38 de 27/05/1998, a partir de um processo de lutas e conquistas dos antigos agricultores da fazenda Boca da Mata o assentamento é instituído como bem coletivo. Os agricultores que não possuíam terra para plantar, e que tinham na agricultura o único meio de sobrevivência, desenvolveram um processo de lutas para as conquistas da terra, contando com o apoio de alguns órgãos, como a

Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Igreja Católica e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi. O assentamento é composto por vinte famílias assentadas e oito agregadas, tendo uma área territorial totalizada em 549,91 hectares, apresentando uma área média por família dividida por lotes de aproximadamente 19,6 ha e, ainda, de 50 ha de área desmatada e cerca de 59,7 ha de área coletiva (DANTAS, et al., 2007).

Nesse assentamento, o PDHC, em conjunto com a Coopervida, conseguiu mobilizar os assentados para participar dos diversos projetos presentes na comunidade, como: caatinga manejada, caprinocultura, hortas agroecológicas, apicultura e polpas de frutas. Entretanto, os projetos pretendiam contribuir com os assentados no sentido de sensibilizá-los para a dinâmica produtiva e social do assentamento (JALFIM; SIDERSKY, 2009).

O uso das metodologias participativas na sociedade moderna tem sua gênese nas discussões sobre participação social. Considerando esta observação, alguns autores discutem a construção da participação, com base nos princípios da autonomia, empoderamento, aprendizagem coletiva e auto-organização, entre outros. Ammann (1978, p. 26) lembra que “a participação social é induzida e registrada em nível micro do bairro ou da pequena comunidade [...]. Assim, participar significa contribuir para a produção de bens e serviços, deles dispor e usufruir na dimensão da própria contribuição.” Em relação à participação, Demo (1993, p. 2) nos informa que “a participação que dá certo, traz problemas, pois este é seu sentido. Não se ocupa espaço de poder, sem tirá-lo de alguém.” Já para a autora Peruzzo (2004), a participação passou por diferentes usos que lhe foram impingidos, podendo significar, desde o mero “assistir”, até o pleno “tomar parte ativamente”.

Desse modo, a participação deve garantir os direitos coletivos na busca da inclusão social para a população que não conta com nenhuma assistência, ou foi privado dela. Neste sentido, Watanabe (2010, p. 26) ressalta que “fortalecer a compreensão sobre a participação exige contraposição ao pensamento hegemônico de democracia, que reforça o viés da representação e centralização do poder político, e fomenta a não participação da população nas decisões.” Assim, a busca por espaços participativos, entendidos como garantia da cidadania, passa a ser vista por Bordenave (2013, p. 12) “devido ao descontentamento geral com a marginalização do povo nos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos”.

Seja como for, o conceito de participação abordado por Bordenave (2013) sugere ações, a partir da participação efetiva dos menos favorecidos, isto é, partindo de uma leitura crítica da realidade que os mobilize à emancipação social. Neste sentido, as estratégias de participação devem ter um caráter dialógico, partindo da posição paulofreiriana, a partir da educação dialogada, analisando a capacidade de visões orientadas para a emancipação e esclarecimento crítico na ruptura ideológica de subordinação. Diz Freire:

[...] não podemos tratar os educados como “vasilhas” em recipientes a serem “enchidos” pelo educador [...] eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los [...] nesta distorcida visão de educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na busca inquieta em que os homens fazem no mundo com o mundo e com os outros. (FREIRE, 2008, p. 66-67)

Neste cenário, a educação dialógica constitui um modelo singular e específico dentro das formas de produção de conhecimento no campo. Representa o atendimento de uma demanda, ao mesmo tempo em que constitui ponto de partida para outras demandas, como direitos sociais. Bordenave (2013, p. 73) acredita que as estratégias, com base na participação, conduzem a uma relação educativa que promove o sujeito histórico. Assim, diz o autor: na aprendizagem da participação, o aprendiz fica sabendo como detectar tentativas de manipulação, sintomas de dirigismo e paternalismo [...] a distinguir a verdadeira participação da simples consulta ao povo. Diz ainda ele, que o essencial dentro da discussão sobre participação é a identificação do grau de controle da população, que está envolvida no processo de reivindicação sobre as decisões importantes de que deverão participar.

Todavia, é preciso estar atento para identificar até que ponto o cidadão decide sobre os assuntos públicos. No entender de Bava (2001), criam-se espaços de participação popular, como forma de garantir o cumprimento de direitos negados pelos governos tradicionalmente conservadores. Com esta configuração, o autor ainda enfatiza que os governos de forma tímida começam a adotar ações participativas que têm o foco de “democratizar a gestão,” muitas vezes resumidas ao orçamento participativo, sendo poucos os exemplos de certa autonomia, mantendo-se dependente das tradições do poder público.

Nesse campo de discussões, Peruzzo (2004, p. 15) menciona que a postura do cidadão em muitos casos é analisada como o não ativo, acomodado a situações confortáveis e ausentes dos mecanismos de decisões, transferindo suas

responsabilidades para alguém em posição superior. Diz ainda a autora “a delegação de poder, dada a alguém para representá-lo, esconde de forma implícita a omissão da comunidade, transferindo responsabilidades, que devem ser tomadas e decididas coletivamente”.

Essa ideia de participação, que segundo Peruzzo (2004) passa a nortear ações em escala de poder, baseia-se numa percepção linear e tem como mola propulsora a representação. Tal modelo começa a perder espaço na ação extensionista. Assim, começa a se desenvolver um modelo de extensão rural participativo, a partir do contexto popular. Para desenvolver esta tarefa, a Ater deve manter contato permanente com os beneficiários, no caso os agricultores, de maneira ativa. As mediações devem acontecer, portanto, por via das metodologias participativas, para estimular a participação e superar a acomodação e omissão gerada pela extensão tradicional. Nesta discussão, merece relevância, segundo o PDHC, o aspecto social, que pode ser mediado através da assessoria técnica inovadora, que atenda a população, especialmente a mais pobre (JALFIM; SIDERSKY, 2009).

Sobre essa questão, Caporal e Costabeber ressaltam:

A participação popular emerge como um direito e passa a exigir uma nova prática extensionista, uma verdadeira práxis social, que só é possível quando adotamos uma postura democrática e quando realizamos nossa tarefa, com base em metodologias e princípios pedagógicos libertadores (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p. 10).

Agora, essa nova prática extensionista terá que acolher o outro no processo de mudança. Isto implica uma atitude político-democrática. Para Vione (2002, p. 5), “O uso de metodologias participativas, valorizando potencialidades locais e resgatando a autoestima das pessoas, pode ser importante ferramenta para construção de capital social e empoderamento¹ de pessoas historicamente excluídas das decisões políticas”. Confirmando, assim, a ideia proposta por Cordioli (2001, p. 11), quando diz que a “participação vai muito além de estar presente, significando envolver-se no processo, dar opiniões, concordar, discordar, analisar, propor, decidir, avaliar, enfim, ser elemento integrante”. Dessa forma, a construção das metodologias participativas pode ser intermediada pelo poder local, a comunidade e os atores sociais que estão inseridos em seus locais, na busca da democracia participativa. Sobre essa questão, Azevedo et al. (2004) afirmam que é no poder local que se deve privilegiar os espaços de participação para a realização da democracia cidadã e de iniciativas econômicas e sociais, aspecto

¹ Fortalecimento da capacidade de autogestão e cogestão da comunidade (BROSE, 1999, p. 12).

que possibilitará o desenvolvimento do local, não se restringindo apenas ao desenvolvimento econômico, mas ao social e humano, na perspectiva de uma melhoria da qualidade de vida.

Nesse sentido, a pesquisa analisa as metodologias participativas enquanto método de ação cidadã que possibilite aos agricultores do assentamento Moacir Lucena ampliar os níveis de organização na construção, implementação e acompanhamento das políticas públicas, a partir da autonomia e reflexão da realidade. De acordo com Demo (1993, p. 27-66), a ideia de participação enquanto ação cidadã deve estar pautada em cinco canais que podem ser aplicados em determinado local: 1) *organização da sociedade civil*, compreendida como a capacidade histórica de a sociedade assumir formas conscientes e políticas de organização, contemplando os interesses ligados a determinado grupo em termos socioeconômicos, políticos e culturais; 2) *planejamento participativo*, que diz respeito a uma estratégia concreta de enfrentamento dos problemas que afetam o grupo, através do qual se elabora o conhecimento adequado para a formação da consciência crítica e autocrítica na comunidade; 3) *educação como formação à cidadania*, relacionada a ações desenvolvidas, a partir da realidade do educando como ponto de partida para a luta por políticas favoráveis para os desprivilegiados num contexto de direitos e deveres, assumindo-o como interessado primeiro do processo; 4) *cultura como processo de identificação comunitária*, isto é, a cultura como elemento social comum a um determinado grupo ou comunidade que influencia e contribui para sedimentar as bases culturais, através da língua, mitos, valores, ambientes de vizinhança, comidas, danças, criando vínculos autênticos de um determinado local, que pode promover a participação; e 5) *processo de conquista de direitos*, quando os direitos sociais partem dos valores políticos como instrumento essencial para a realização da cidadania com acesso à justiça e à organização para uma participação consciente (DEMO, 1993).

No que se refere à temática do poder local, assim assinalada por Castells e Borja (1996), Carvalho Filho (1999), Buarque (1999), Bava (2001), esta ganha relevância nas discussões acerca do desenvolvimento local, sobretudo no viés da gestão pública participativa. Segundo Bava (2001), essa gestão se elabora de maneira lenta, para alcançar mudanças significativas na posição da autonomia e na organização popular diante da comunidade. Ainda sobre essa questão, Bava (2001) afirma:

Para que se tenha efetivamente a participação popular incorporada nos governos, especialmente nos governos locais, é necessária uma mudança radical na forma de governar, impulsionando uma regulação social e política mais solidária e participativa; reconstruindo e ampliando o espaço público e a legitimidade do mandato político, articulando democracia representativa e participativa (BAVA, 2001, p. 13).

Desse modo, o acesso direto e efetivo ao poder local pode representar, não apenas a expansão de capacidades relacionadas à participação, mas a possibilidade de promoção de outras oportunidades que apontem para novas configurações socioeconômicas (AZEVEDO et al., 2004). É neste sentido que Castells e Borja (1996) concebem o desenvolvimento local, como:

As experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local (endógeno) decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização, e, principalmente, de convergência importante dos atores sociais do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento. Representa, neste sentido, o resultado de uma vontade conjunta da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 10).

Tais canais do ambiente político e social podem ser considerados ações embrionárias da construção do desenvolvimento local, a partir de ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a conquista de direitos (FRANCO, 1998). Neste sentido, a participação popular passa a ter papel relevante dentro da elaboração do desenvolvimento local, visto que as mudanças sociais, ambientais, econômicas e culturais virão a se concretizar, se houver o acompanhamento direto do cidadão ativo na busca de transformações estruturais no local onde está inserido.

Segundo a concepção de Bava (2002), o desenvolvimento local vem sendo apontado nas discussões governamentais como novas formulações do local e política de combate à pobreza:

O tema do desenvolvimento local vem sendo colocado na agenda da discussão político-econômico-social e cultural, devido ao fracasso das abordagens macroestruturais em romper, no plano social, com a desigualdade, no plano econômico, com a concentração do poder, no plano político, com a declarada insuficiência dos mecanismos e processos de democracia representativa, e no cultural, com a folclorização pela indústria-cultural (BAVA, 2002, p. 17).

O modelo de desenvolvimento local se caracteriza como uma opção favorável ao espaço participativo, incentivando a organização para que esteja apta a opinar, decidir e avaliar as ações dos governos ou entidades. Todavia, Bava (2004, p. 8) nos chama a atenção para a necessidade de se avaliar os espaços participativos “para não se repetirem, ainda que de forma subliminar, os mesmos efeitos de gestão autoritária que excluem a população das decisões coletivas.” Assim, diz ele:

Uma avaliação precisa reconhecer que estes espaços de participação cidadã são uma criação de governos. Por exemplo, só tem Orçamento Participativo onde o governo cria o OP. Os Conselhos só funcionam como espaços de decisão onde os governos lhes atribuem essa responsabilidade. A participação cidadã tem sentidos distintos, dependendo, tanto do projeto político do governo, quanto da capacidade de pressão da sociedade organizada. O que está em questão é o sentido político da participação. Ela pode significar, tanto processos de socialização das decisões e do poder, como processos de cooptação e controle dos movimentos sociais (BAVA, 2004, p. 1).

Não é à toa que Oliveira (2001) ressalta que a noção de desenvolvimento local tem sido analisada por alguns autores de forma romântica, pois estes concebem a cidadania, a partir do não conflito, base mesma da sua construção. Para ele,

[...] está-se elaborando um discurso sobre desenvolvimento local como paradigma alternativo à sociedade plagada de conflitos por todos os lados; desenvolvimento local é apresentado como um “emplastro” [...] capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades (OLIVEIRA, 2001, p 13).

Diante do exposto, podemos inferir que para ser caracterizado o Desenvolvimento Local dentro de um determinado contexto, faz-se necessária a manifestação de alguns fatores essenciais, como a utilização das potencialidades locais, a integração entre as pessoas e a descentralização do poder, para que o desenvolvimento se torne efetivo e eficiente instrumento de política pública e que gere pessoas empoderadas e participativas. Nesta perspectiva, o PDHC reconhece em seus relatórios que a construção do conhecimento deve acontecer de forma coletiva, que envolva família, assessoria técnica e comunidade e que o conhecimento seja voltado para o desenvolvimento da população local (JALFIM; SIDERSKY, 2009).

Tomando como cenário o PDHC e as ações desenvolvidas no assentamento Moacir Lucena, tem-se observado em seus relatórios a preocupação com o desenvolvimento local mesmo de maneira implícita, ao realizar atividades de mobilizações das pessoas e comercialização dos produtos locais. Além disso, o PDHC busca fortalecer processos locais, participativos e solidários, na construção do desenvolvimento humano (ARAÚJO; JALFIM; SIDERSKY, 2010).

O interesse pela temática da participação, em especial as metodologias participativas adotadas pelo PDHC no assentamento Moacir Lucena, foi motivado por duas inquietações. A primeira partiu da necessidade de se investigar as fragilidades que podem condicionar a não participação local, tendo em vista que no ano de 2010, visitamos o assentamento, por meio da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), percebendo a dificuldade na organização comunitária local. A segunda inquietação se baseia na escolha de discutir as metodologias participativas e o desenvolvimento local, sob a perspectiva dos assentados. Isto é, como a assessoria técnica da Coopervida é capaz de mediar a participação ativa dos assentados na conquista de políticas públicas, buscando discutir a concepção e a realização do desenvolvimento local na comunidade Moacir Lucena.

A preferência por fazer esta investigação, refletindo sobre as metodologias participativas no semiárido do Nordeste brasileiro, é mobilizada também pela temática do desenvolvimento, como reorganização do local, influenciado em diferentes níveis, social, cultural, econômico, ambiental e organizacional.

Também nos motiva o fato de identificarmos na literatura consultada pouca produção de conhecimento relacionado às metodologias participativas e ao próprio PDHC. Além disso, entendemos que é preciso aprofundar os estudos sobre as particularidades que formam as metodologias participativas e sua constituição no meio rural, devido à necessidade de fatores de ordem teórica e prática que facilitem o aprofundamento, quanto ao conhecimento sobre o tema.

Nesse sentido, é de se perguntar até que ponto as metodologias de participação do PDHC estão contribuindo para o desenvolvimento local do assentamento Moacir Lucena?

Esperamos que o resultado desta pesquisa contribua com as reflexões sobre os desafios de uma assessoria técnica qualificada para o trabalho de Ater, que possibilite reformas necessárias na extensão rural, buscando integrar o conhecimento científico com o saber popular, com o intuito de gerar pessoas empoderadas.

1.1 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos deste estudo, consideramos os cinco canais estabelecidos por Demo (1993), chamados aqui de categorias de análise: *organização da sociedade civil, planejamento participativo, educação como formação à cidadania,*

cultura como processo de identificação comunitária e processo de conquista de direitos.

Optamos pelo método qualitativo para o desenvolvimento deste trabalho. Minayo (1996) destaca que este tipo de abordagem permite uma análise mais profunda das relações, dos processos e dos fenômenos sociais.

Para o desenvolvimento inicial da pesquisa, acompanhamos uma reunião da associação dos posseiros do projeto de assentamento Moacir Lucena, na perspectiva de identificar as experiências de organização na comunidade, enfatizando as mudanças operadas no assentamento. Neste processo, buscamos observar os avanços, recuos e tensões experimentados pelos sócios na inserção e construção dos projetos financiados pelo PDHC, na perspectiva de compreender as metodologias participativas, ao longo dos dez anos de parceria com o PDHC e a Coopervida.

A revisão da literatura que trata da discussão sobre metodologias participativas, Lei de Ater e desenvolvimento local foi acompanhada de um levantamento de documentos, relatórios e artigos científicos relacionados ao Projeto Dom Helder Câmara/Coopervida. Foram essas fontes de informação, seguindo as observações metodológicas de Gil (2002), que permitiram uma análise preliminar quanto à heterogeneidade dos atores sociais envolvidos no processo participatório.

Escolhemos o estudo de caso como método investigativo, no sentido de que nos propomos a analisar um processo complexo, partindo de um contexto real (GIL, 2009). Este método é ideal, como afirma Yin (2005), quando as questões que estão colocadas são do tipo “como” e “por que”.

Como fonte para a coleta de dados e informações pertinentes, fizemos uso de anotações em diário de campo. Ao lado disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, seguindo as instruções de Triviños (1987), com doze agricultores que fizeram parte dos cinco projetos produtivos do PDHC, no período de 2003 a 2013, abordando a participação das famílias nesses empreendimentos e a assessoria técnica recebida pelo PDHC/Coopervida. Foram igualmente entrevistados três membros da diretoria da associação dos posseiros do assentamento Moacir Lucena, uma técnica da Coopervida, que trabalhou no assentamento, e dois membros da direção da UGP do PDHC.

Com a associação dos posseiros de Moacir Lucena, buscamos compreender as mudanças ocorridas na vida dos agricultores assentados, em decorrência do acesso aos projetos financiados pelo PDHC, e como estes contribuíram ou não para ampliar a

participação dos agricultores na associação. Com os técnicos da Coopervida e os membros da direção da UGP/PDHC, o interesse foi o de aprofundar as opiniões acerca das metodologias participativas do PDHC/Coopervida (vide roteiros das entrevistas no apêndice 1). Para preservar a identidade dos entrevistados, foram utilizados nomes fictícios nos depoimentos que aparecem nas análises.

1. REVISÃO DE LITERATURA

O modelo de desenvolvimento econômico instituído por séculos no Brasil esteve centrado na ideia de que a industrialização superaria o atraso representado pelo meio rural associado a questões, como avanço tecnológico e, principalmente, à modernização. Esta lógica permitiu o estabelecimento de uma aliança entre o capital e a propriedade da terra (WANDERLEY, 2010). Este modelo, porém, começou a ganhar novos questionamentos, quando correntes teóricas passaram a defender que o desenvolvimento possui diversas dimensões: econômica, social, local, cultural, ambiental, territorial, político-institucional e científico-tecnológica. Embora haja certa autonomia de cada uma em relação à outra, todas essas dimensões devem estar envolvidas no processo de desenvolvimento (FRANCO apud TENÓRIO, 2007).

É nesse sentido que Caporal e Costabeber (2003) destacam a necessidade de se pensar um novo paradigma de desenvolvimento que englobe as diversas dimensões, o qual deve ser pensado e debatido com a sociedade. Enfatizam os autores “Um paradigma que resgate a enorme dívida social que se tem com a população brasileira (tanto rural como urbana), que para ser alcançado depende de uma nova visão política, social e econômica, onde a transparência e a participação popular sejam efetivas” (CAPORAL; COSTABEBER, 2003, p. 9).

Na construção desse novo paradigma, a extensão rural pode ser um importante instrumento de trabalho a ser desenvolvido por organizações não governamentais e instituições do Estado. Assim, a extensão rural passa por transformações, que vão além do papel tradicional de difundir tecnologias preconcebidas, para se transformar num instrumento de mobilização e implementação de metodologias participativas que estimulam o empoderamento dos agricultores (KUMMER, 2007).

Em meio às novas perspectivas para a extensão rural e seus desdobramentos, tornou-se necessária uma parceria com os movimentos do campo, de forma que a extensão rural readquirisse novos caminhos, colocando na pauta os diversos desafios

impostos pela própria realidade: alfabetização, qualidade nutricional, saúde, habitação, transporte, entre outros (CAPORAL; COSTABEBER, 2003).

Nesta pesquisa, portanto, estudar a extensão rural é buscar compreender as mudanças socioeconômicas, política e cultural, capazes de criar e desenvolver novas formas de interação no campo, que permitam aos sujeitos a liberdade de se organizar, através da articulação social e comunitária. Assim, a extensão deverá ser pensada na perspectiva de outro modelo de desenvolvimento, que agregue valor à população e suas necessidades locais, partindo da efetivação das políticas públicas ainda ausentes no campo. Vários autores têm se debruçado sobre a temática referente ao desenvolvimento do mundo rural, bem como outras dimensões postas aos atuais desafios da sociedade (ABRAMOVAY, 2007; FAVARETO, 2007; WANDERLEY, 2010).

Um marco importante na discussão sobre a reelaboração do desenvolvimento se deu a partir da década de 1990, com contestações ao modelo de globalização. É neste período que a discussão acerca do desenvolvimento toma o viés do local, como estratégia para resolver os problemas de exclusão social gerados pelos processos globais (BAVA, 2004). Para Callou e Tauk Santos (2013), o desenvolvimento dos anos 1990 se configurou na exclusão das populações rurais, por via do recuo do Estado em políticas de desenvolvimento. Para os autores, o Estado se omite do seu dever de garantir a cidadania da população rural, a partir da extinção da Embrater, deixando os órgãos rurais sem recursos e inviáveis de manter seu trabalho.

Nesse enfoque, o desenvolvimento local pode ser compreendido em um contexto de rápida e profunda transformação, apontando para um novo papel a ser desempenhado pelos territórios locais, a partir de suas potencialidades e identidades (ZAPATA, 2001). Nas palavras de Jara (2000) apud Vione (2002, p. 3), “o desenvolvimento local deve ser baseado na democracia participativa, na qual demanda uma profunda transformação organizativa, sendo necessário superar o atual cenário de fragmentação social que caracteriza a sociedade civil brasileira.” Assim, o desenvolvimento local focado na democracia participativa e nos princípios da valorização de lideranças locais e promoção da cidadania se faz extremamente importante para a garantia da autonomia das comunidades.

Entender os fatores que constituem essa abordagem do desenvolvimento requer analisar todo o contexto que envolve as instituições e todas as formas de organização da sociedade. Podemos perceber no âmbito do local uma ação que vai além das atividades econômicas, envolvendo os atores sociais no processo de descentralização. Para

Carvalho Filho (1999, p. 6), um conjunto de princípios orienta ações e iniciativas que promovem as potencialidades locais:

Aproveitamento das potencialidades e vantagens competitivas locais, melhoria da qualidade de vida, conservação ambiental, democratização do poder e participação social, descentralização, administração local deve exercer um papel mobilizador, integração dos vários setores de desenvolvimento, combinando eficiência produtiva com equidade social (CARVALHO FILHO, 1999, p. 6).

Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento local deve modificar as estruturas sociais, partindo do diálogo e participação efetiva na luta pela liberdade democrática.

Sobre tal fato, Martins (2002) afirma que:

Objetivar as pessoas e propor a sua participação em todo o processo de desenvolvimento (do planejamento à ação), mesmo que resultem em melhorias efetivas das condições materiais de vida, são insuficientes para assegurar a continuidade do processo. O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias, etc.), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento. Isto implica rever a questão da participação (MARTINS, 2002, p. 52).

Essa abordagem de desenvolvimento deve atender à noção de participação, na medida em que considera a mobilização local, e conseqüentemente articula o conceito às ações participativas da população. Para Buarque (1999):

A descentralização pode contribuir significativamente para o desenvolvimento local, [...] representando uma base importante para estimular e facilitar ações importantes para o empoderamento de uma população, criando as condições institucionais para organização e mobilização das energias sociais e decisões autônomas da sociedade (BUARQUE, 1999, p. 16).

Assim, começa a se desenvolver um modelo de descentralização a partir da participação, aspecto este que denota a necessidade de um desenvolvimento, que envolva as populações mais excluídas do contexto social. Bordenave (2013, p. 34) aponta que sob esta perspectiva “acabaria com a divisão de funções entre os que planejam e decidem lá em cima e os que executam e sofrem as conseqüências das decisões cá embaixo”.

Para Vione:

A extensão rural, sob o viés da participação, não pode aceitar a formulação de receitas prontas, elaboradas distante da realidade, mas deve passar pelo protagonismo dos atores locais, empoderados e conscientes da sua condição de cidadãos, tornando-os capazes de construir o seu desenvolvimento, com bases mais sólidas e propostas de acordo com sua necessidade (VIONE, 2002, p. 2).

Convém ainda ressaltar, que, como assinala Caporal (2007, p. 168) “é preciso verificar, se os técnicos de campo estão, de fato, utilizando metodologias participativas e como as estão usando, se o planejamento é feito com e não para as comunidades”.

Tal perspectiva é devidamente cabível na extensão rural, quando entendemos que esta deve estar intrinsecamente ligada às mudanças sociais, oportunidades, processo de mobilização e participação de todos os envolvidos. Convém considerar o raciocínio de Caporal (1999, p. 17), ao enfatizar que a extensão rural deve ser definida como “processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social na busca da construção e sistematização de conhecimentos”.

A construção do conhecimento no contexto da extensão rural deve ser pautada na participação da sociedade civil e Organizações Não Governamentais (ONGs). Segundo Vione (2002); Caporal (2007); Araújo, Jalfim e Sidersky (2010), para isto, tal extensão deve promover ações pautadas na garantia de direitos e democratização do poder. Estes autores dizem que as instituições de Ater têm desenvolvido em suas atividades o uso de metodologias participativas, que possibilitam aos agricultores um campo efetivo de alianças, permitindo a parceria na perspectiva da mudança social. Entre algumas metodologias, podemos citar Diagnóstico Rural Participativo (DRP), mapas falados, reunião local de planejamento na comunidade atendida, dinâmicas de grupo, fluxogramas, diagramas visuais e interativos, reconstrução da história da comunidade, entre outras, de modo que o trabalho desenvolvido incorpore o que Freire (1992) almejava: uma extensão que parta da educação dialógica e da participação efetiva dos beneficiários, admitindo o outro na relação extensionista. Ainda sobre esse assunto, Caporal e Costabeber (2003) enfatizam que:

As metodologias participativas devem permitir aos agricultores e suas famílias se transformarem em sujeitos do seu processo de desenvolvimento, valorizando os distintos saberes e o intercâmbio de experiências que permitam a ampliação da cidadania e da inclusão social (CAPORAL; COSTABEBER, 2003, p. 103).

Dessa maneira, as metodologias devem viabilizar as ações de mobilização e refletir de forma crítica os resultados que estão sendo alcançados. Para Tafur (2007, p. 13), esta avaliação crítica “ajudará aqueles que participam da experiência a vê-la de outra perspectiva. Desta forma, nos fará valorizar os aspectos positivos da experiência, assim como prestar atenção naqueles aspectos que podem ser aperfeiçoados”.

Nesse novo cenário, a comunicação, princípio básico da extensão, deverá ser caracterizada pela educação dialógica, feita por meio da comunicação participativa. Freire (1992), na obra *Extensão ou Comunicação?*, tece críticas ao trabalho extensionista desenvolvido no Brasil, por meio da persuasão. A reflexão feita por Freire é um convite à educação popular. O autor indica que “a educação é comunicação, é diálogo, não transferência de saber, mas um encontro de sujeitos que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1992, p. 46).

A partir dessa compreensão, Kummer (2007), ao estudar as metodologias participativas, afirma:

Devemos pensar em instrumentos que contribuam para a vida do agricultor, partindo de um processo com enfoque participativo. Os benefícios coletivos passam, portanto, pelo autoconhecimento do indivíduo, entendimento da realidade que o circunda e identificação das potencialidades locais (KUMMER, 2007, p. 10).

Reconhecemos a necessidade de novos instrumentos para que a extensão rural adquira o enfoque participativo, porém a ação deve ser moldada pelo que Demo (1993) propõe. Isto é, a participação como conquista. Nesta perspectiva, a abordagem participativa na extensão rural deve envolver a compreensão. Para Bronzatto, Gomes e Soares (2015, p. 1), “essa compreensão deve admitir que a outra pessoa sabe, e que este saber precisa ser entendido e reconhecido, mesmo que depois venha a ser transformado.”

A partir dessa concepção de participação, a extensão rural deve estimular projetos a serem identificados, planejados e executados pela comunidade, através de atividades voltadas para metodologias participativas, envolvendo os movimentos sociais do campo, governos, ONGs e sociedade como um todo. A discussão desta temática que envolve vários setores tem sido um importante canal de mudanças que têm repercussão positiva para os que são atendidos por esse tipo de metodologia. Isto pode ser observado pela adoção das metodologias participativas por órgãos que trabalham com Ater no país, bem como por meio de boletins de ONGs e artigos científicos (GEILFUS, 2002; EMATER GOIANA, 2009; KUMMER, 2007; FARIA; NETO, 2006). Entretanto, a despeito dos avanços conquistados pelos órgãos de assessoria técnica, as dificuldades quanto à implementação das metodologias participativas continuam a ser significativas para mudanças no campo.

Nesse sentido, a extensão rural na perspectiva do desenvolvimento local deve ficar atenta aos avanços e recuos em torno das metodologias participativas, para

promover a inclusão social dos setores populares marginalizados. Callou (2013, p. 37) afirma que “é preciso que cada território descubra as suas potencialidades econômicas para, de per si, se desenvolver. Condição que exige um esforço coletivo dos diversos atores sociais presentes nesses territórios.” Seguido esse sentido, acreditamos no que relata Milani (2003, p. 1), ao afirmar que “é fundamental pensar o desenvolvimento local enquanto projeto integrado ao mercado, mas não somente: ele é também fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural”.

Dentro dessa perspectiva, Dowbor (1996 apud Martins, 2002) faz uma crítica ao desenvolvimento local, quando pensado por uma “lógica economicista,” considerando o “problema da necessidade da geração de emprego e renda.” Não deve ser visto, porém, apenas pelo viés da geração de emprego e renda, diz ainda o autor, o discurso de grande parte dos projetos de governos tem enfatizado o lado econômico, sem garantir a democratização política e a justiça social.

Ciente da pluralidade de ideias e definições, assim como da necessidade de reflexões acerca dos sentidos quanto ao desenvolvimento local, Buarque (1999) aponta para um processo de articulação dos envolvidos:

O desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo. Do contrário, o mais provável é que as mudanças geradas desde o exterior não se traduzam em efetivo desenvolvimento e não sejam internalizadas na estrutura social, econômica e cultural local (BUARQUE, 1999, p. 10).

Nessa lógica, a mobilização dos atores sociais deve se esforçar para transformar as comunidades locais, no sentido de possibilitar a participação na promoção do desenvolvimento local, que gere a solidariedade e ações coletivas. Outro ponto importante é o envolvimento dos atores locais. Para Carvalho Filho (1999, p. 7), o envolvimento dos atores sociais tem como pressuposto a participação. Assim, diz ele, “o desenvolvimento local é um processo que tem que crescer gradativamente, envolvendo e sendo apreendido pelos atores locais numa perspectiva educadora, emancipadora, geradora de autoconfiança [...] Se ele não for vivido, entendido, assumido e aperfeiçoado pelos atores sujeitos desse processo, não será sustentável. É importante que inicie simples, mas participativo”.

Assim, a participação se faz extremamente importante para a extensão rural, na medida em que garante à comunidade local a organização para enfrentar os efeitos de exclusão. No que diz respeito às metodologias participativas do PDHC, cabe investigar

como se dá esta funcionalização dentro da assessoria técnica, ao considerarmos a renovação metodológica e o uso dos novos instrumentos como processo importante para o desenvolvimento local.

Dessa forma, consideramos pertinente a análise feita por Kummer (2007) no que diz respeito às abordagens metodológicas do extensionista. Diz ele, o extensionista deve gerar um processo de mudança no local onde atua, como qualquer outro profissional, que estimule o conhecimento na área da agricultura e da metodologia participativa.

Em vista disso, buscaremos compreender como o PDHC atua no campo das metodologias participativas e quais as estratégias que adota para viabilizar as atividades produtivas agrícolas e não agrícolas, tendo como estudo de caso o assentamento Moacir Lucena. Entretanto, não podemos perder de vista, como sugere Vione (2002), que as metodologias participativas se fazem na construção, combinação e permanente disputa entre o extensionista e a população assistida.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Estratégias alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação. In Congresso da **SOBER**. nº 45, 2007. Londrina. disponível em: <http://sober.org.br/?op=paginas&tipo=pagina&secao=7&pagina=38>
Acesso em: 09 jun. 2015.
- AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMATER. **Metodologia de extensão rural**. 2009.
- AMMANN, S. B. **Participação social**. 2. ed. São Paulo: Cortez e Moraes Ltda, 1978.
- ARAÚJO, E. R.; JALFIM, F.T.; SIDERSKY, P.R. **A estratégia de assessoria do projeto Dom Helder Camara**. 2. ed. Recife: projeto Dom Helder Camara, 2010.
- AZEVEDO, S.; JUNIOR, O. A. S.; RIBEIRO, L. C. Q. **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2004, 56-87 p.
- BAVA, C. S. **Participação, representação e novas formas de diálogo**. São Paulo: Instituto Pólis 2001, 52 p.

BAVA, C. S. **A produção da agenda social mundial:** uma discussão sobre contextos e conceitos. In: SEMINARIO REGIONAL MITOS Y REALIDADES SOBRE INCLUSIÓN SOCIAL, PARTICIPACIÓN CIUDADANA Y DESARROLLO LOCAL, 2002, Cordoba, Argentina, 2002, 1-19 p.

BAVA, C. S. Participação e representação. **Diário de São Paulo**, São Paulo, 29 jun. 2004.

BRASIL. Lei 12.188 de 11 de Janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federal do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 de Jan. 2010.

BORDENAVE, E. J. D. **O que é participação.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BRONZATTO, L. A.; GOMES, M. A.O.; SOARES, N. Metodologias participativas, elaboração e gestão de projetos. Elaboração e gestão de projetos sócio-ambientais. Januária, MG:WWF, 2015.

BROSE, M. Marco conceitual. In: BROSE, M. (org). **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999, 10- 65 p.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento sustentável.** IICA, Brasília, 1999.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos:** planejamento e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond. BNB, 2008, 121 p.

CALLOU, A. B. F. Extensão Rural: polissemia e resistência. In: CALLOU, A. B. F.; TAUKE SANTOS, M. S. (org) **Extensão rural – extensão pesqueira:** estratégias de ensino e pesquisa. 1. ed. Recife: FASA, 2013, 19-48 p.

CALLOU, A. B. F.; TAUKE SANTOS, M. S. desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local. In: CALLOU, A. B. F.; TAUKE SANTOS, M. S. (org) **Extensão rural – extensão pesqueira:** estratégias de ensino e pesquisa. 1. ed. Recife: FASA, 2013, 477.-482 p.

CAPORAL, F. R. Em direção à extensão rural do futuro: Caminhos possíveis no Rio Grande do Sul. In: BRACAGIOLI NETO, Alberto (org) **Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural**. Porto Alegre: EMATER-RS/ASCAR, 1999, 119-165 p.

_____. **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Revista agroecologia e desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre. v. 1. n° 1. 2000, 16-37 p.

_____. As possibilidades e alternativas de desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, Hugo (Org) **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no MERCOSUL**. Santa Maria: UFSM, 2003, 157-194 p.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. de F. Da extensão convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. In: MONTEIRO D. M. C.; MONTEIRO, M. de A. (org). **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. Belém: UFPA/ NAEA/ Branco Medeiros, 2006.

CARVALHO FILHO, M.V. **Assessoria ao processo de desenvolvimento local**. IICA. 1999.

CASTELLS, M.; BORJA, J. **As cidades como atores políticos**. Novos estudos CEBRAP – Dossiê Cidades (mimeo.), n° 45, 1996.

CORDIOLI, S. **Enfoque participativo: um processo de mudança**. Conceitos, instrumentos e aplicação prática. Porto Alegre: Genesis, 2001, 57-85 p.

DANTAS, L.B.; FILHO, J. L.; LIRA, J. F. B.; MARACAJÁ, P. B.; FILHO, E. T. A agroecologia nos assentamentos de: Moacir Lucena, Sítio do Góis e Vila Nova em Apodi – RN. **Revista: GVAA**, Mossoró, v.1, n.1, janeiro-março de 2007, 01-12 p.

DELGADO, N. G. Extensão e desenvolvimento local em busca da construção de um diálogo. **Revista: Desenvolvimento em questão**. Ed. Unijuí, ano 1, n 1, jan./jun. 2003.

DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez editora, 1993.

DIAS, M. M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Revista: perspectivas em políticas públicas**. Belo Horizonte, v.1, n.1, jun./dez. 2008.

- FARIA, A. A. da C.; NETO, P. S. Ferreira. **Ferramentas do diálogo- qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo**. Brasília: MMA; IEB, 2006.
- FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: iglu/FAPESP, 2007.
- FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, Coleção Educação Popular n° 3, 1985. 92 p.
- FRANCO, A. **Desenvolvimento local integrado e sustentável dez consensos**. Proposta. n. 78. 1998.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 1992.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: paz e Terra, 2008.
- GEILFUS, F. **80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación** / Frans Geifus – San José, C.R.: IICA, 2002.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GOMES, M. A. O. Enfoque participativo. 2005
- JALFIM, F.; SIDERSKY, P. **A estratégia de assessoria técnica do projeto Dom Helder Camara**. 1. ed. Recife: projeto Dom Helder Camara, 2009.
- JARA, Carlos J. **Desenvolvimento local sustentável e democracia**. Porto Alegre: IICA. 2000.
- LIMA, I. S.; ROUX, B. As estratégias de comunicação nas políticas públicas de assistência e extensão rural para a agricultura familiar no Brasil. In: CIMADEVILLA, G. **Comunicación, Tecnología y Desarrollo**. 1. ed. Rio Cuarto: Universidad Nacional de Rio Cuarto, v. 1. 2008, 91-112 p.
- KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar**. Conceitos, ferramentas e vivências. - Salvador: GTZ, 2007, 54-78 p.
- MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista: Interações**. v. 3, n. 5, Set. 2002, 51-59 p.

MILANI, C. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **IV Conferencia Regional ISTR-LAC**. 8-10 de outubro, San José, Costa Rica, 2003.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo, 1996.

MUSSOI, E. M. Agricultura familiar, extensão rural e a nova política nacional de Assistência técnica e extensão rural. In: FIGUEIREDO, M. A. B; TAVARES DE LIMA, J. (org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos, agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006, 99-106 p.

OLIVEIRA, F de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo. Caderno Gestão Pública e Cidadania. EASP/FGV, 2001.

PERUZZO, C. K. **Comunicação na construção da cidadania**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004, 73- 87 p.

SILVA, R. M. Alves da. Entre o Combate à seca e a convivência com o semi-árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista: Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza: BNB, v. 38, n. 3, jul-set. 2007, 466-485 p.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE. **Semiárido**. 2015. Disponível em <http://www.sudene.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/area-de-atuacao-da-sudene/semiarido>. Acesso: Maio 2015.

TAFUR, C. J. **Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências**. Brasil: AS-PTA, 2007.

TENÓRIO, F. G. **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TRIVIÑOS, A. N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**: 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

VIONE, G. F. **Metodologias participativas na construção de planos de desenvolvimento local**. 2002. 47 p. Trabalho de conclusão de curso (especialização) - Pós-graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2002.

WANDERLEY, M de N. B. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **Revista: ALASRU**, México, n 5. 2010, 17-44 p.

WATANABE, C. H. **Por uma pedagogia da participação:** a experiência das famílias agricultoras no território do sertão do Apodi/Rio Grande do Norte. 2010. 44 p. Trabalho de conclusão de curso (especialização) – Programa de formação de conselheiros nacionais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

YIN. R.K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAPATA, T. A gestão participativa para o desenvolvimento local. Método GESPAR. In: BROSE, M. (org) **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**, 2001, 227-244 p.

10. Quais as atividades desenvolvidas no projeto? (encontros, visitas, reuniões, oficinas)
11. Você pode contar como o projeto se originou de onde surgiu a ideia, em que ano foi, como aconteceu isso?
12. Quantas pessoas iniciaram no projeto? Quantas concluíram?
13. Como era o acompanhamento do técnico (a) da COOPERVIDA ao projeto? Estava presente em que momento? Qual a frequência?
14. Durante o projeto, receberam a visita de algum técnico do PDHC? Quantas vezes? Como foram esses encontros?
15. Você considera que a formação ofertada pelo projeto atendeu as suas expectativas? Como? Se não por que?
16. Onde acontecia a formação do projeto? (cursos, oficinas, etc.)
17. Nos encontros todos tinham espaço para expor sua ideia? Ou apenas alguns eram convocados a falarem? (Salett colocou uma observação, dizendo que é uma pergunta dirigida).
18. Os agricultores participavam e eram levadas em consideração suas sugestões?
19. O projeto já veio pronto ou foi construído com os agricultores (as)?
20. O que te levou a participar?
21. Existia alguma penalidade sobre a questão do não cumprimento com as ações do projeto? Ou estímulo?
22. Quem decidia a quantidade de pessoas a participar do projeto? E como (assembleia, reunião, oficina)?
23. Você cumpria o que era definido nos encontros do projeto?
24. Se não, quais as principais razões do não cumprimento do que era definido nos encontros?
25. Como eram tomadas as decisões no projeto, que tipo de decisão se restringia a assembleia, que tipo de decisão somente a equipe técnica tomava decisão?
26. Você acha que a frequência por parte dos agricultores (as) nos encontros do projeto era boa?

Bloco 2: **Mudanças ocorridas**

1. Como era sua vida antes de participar do projeto? E depois, o que mudou?
2. Você ficou satisfeito (a) com as ações do projeto?

3. Qual a vantagem em participar do projeto em relação aos que não estavam presentes?
4. Você percebeu alguma mudança ocorrida na vida comunitária durante as ações do PDHC no assentamento?
5. As lutas pela conquista de direitos comunitário eram presente nas reuniões dos projetos?
6. Como está agora depois que o projeto foi concluído?

Bloco 3: **Avaliação da situação pelo entrevistado**

1. O que deveria ter sido feito e não foi?
2. O que o projeto se propôs foi suficiente para você dá continuidade as atividades?
3. O que representou o projeto no qual participou?
4. Quais os pontos positivos e negativos no projeto?
5. Como era o assentamento antes do projeto e como é agora? Que avanços você ver, e em que setores? Ou que retrocesso já teve e em que setores?
6. Antes da ação do PDHC junto com a COOPERVIDA no assentamento, existiu alguma instituição que atuou com os agricultores? Qual? Quanto tempo? Quais os projetos desenvolvidos?
7. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos assentados?

Bloco 4: **Expectativas para o futuro**

1. Existe algum projeto em andamento por parte de outro órgão depois que o PDHC foi finalizado?
2. Depois que as atividades foram concluídas pelo PDHC como ficou os projetos?
3. O que você esperava do projeto para o futuro?
4. Você participa da associação da comunidade? O que é discutido nas reuniões? Muitas pessoas participam? Tem data certa para as reuniões?
5. Você acha importante ter uma associação na Comunidade? Por quê?
6. Como você avalia sua participação na associação?

7. Existia algum critério sobre a questão da quantidade e diversidade de pessoas para participar dos projetos?
8. Existia alguma penalidade sobre a questão do não cumprimento com o projeto? Se sim, essa penalidade foi pensada pelo grupo ou algum critério da Coopervida e PDHC?
9. E quais eram os estímulos para participar do projeto?
10. Como eram as reuniões?
11. As pautas das reuniões partiam de quem? Técnicos? Membros? PDHC?
12. Como eram os agricultores (as) antes de participar do projeto?
13. Como foi a recepção dos agricultores (as) em relação às demandas que o projeto colocava?
14. E a metodologia do PDHC encontrou resistência por parte dos membros de cada projeto? Explique.
15. Como funcionava a seleção para participar dos projetos?
16. Quais as principais dificuldades para realizar a assessoria técnica?
17. Houve alguma dificuldade de sua parte em realizar a metodologia que o PDHC propôs?
18. A infraestrutura da Coopervida deu conta da realização dos projetos? Se não, por quê?
19. Como eram tomadas as decisões na Coopervida, que tipo de decisão se restringia aos técnicos e as decisões cotidianas eram tomadas por quem?
20. Você acha que os projetos satisfizeram os anseios dos (das) agricultores (as)?
21. Qual o tempo de duração de cada projeto?
22. Você participava das reuniões da associação do assentamento? Muitas pessoas participavam?
23. Quais as fragilidades e potencialidades do PDHC?
24. O tempo do PDHC na comunidade foi suficiente para os agricultores entenderem a necessidade de participar?
25. Como eram acompanhadas as atividades de cada projeto?
26. Quais as estratégias técnicas para os agricultores (as) participarem?
27. Qual a frequência de visitas ao assentamento Moacir Lucena?
28. Você acha que o serviço de ATER desenvolvido no assentamento poderia ter sido melhor? Em que?

18. Você está satisfeito com a atuação dos associados na associação?
19. Quais os anseios da comunidade? Como a associação tem respondido a essas inquietações?
20. A participação da comunidade é algo positivo ou deixa a desejar?
21. Quais os principais problemas vividos, hoje, na comunidade?

PROJETO DOM HELDER CAMARA: METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS EM MOACIR LUCENA – RIO GRANDE DO NORTE

Josiani Alves de Moraes

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as metodologias participativas do Projeto Dom Helder Camara (PDHC), no assentamento Moacir Lucena, no município de Apodi, Rio Grande do Norte. São analisadas, especificamente, as contribuições dessas metodologias para o desenvolvimento local da comunidade. O PDHC está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), e ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida). As estratégias teórico-metodológicas utilizadas se pautaram nos estudos de Ammann (1978), Peruzzo (2004), Bordenave (2013) e Demo (1993), no que se refere aos estudos sobre participação; e de Bava (2001), Jara (2000), Vione (2002), Franco (1998), Carvalho (1999), Buarque (1999) e Oliveira (2001), no tocante ao desenvolvimento local. Foram considerados nas análises os relatórios do PDHC e as entrevistas semiestruturadas realizadas com agricultores do Moacir Lucena e técnicos do PDHC. Foram utilizadas as seguintes categorias de análise, propostas por Demo (1993): *organização da sociedade civil; planejamento participativo; educação como formação à cidadania; cultura como processo de identificação comunitária e processo de conquista de direitos*. Os resultados apontaram para as análises apresentadas, revelando que as metodologias participativas utilizadas pelo PDHC possibilitaram um avanço na participação dos agricultores e agricultoras nos aspectos sociais e econômicos do assentamento, com reflexos positivos nos processos de desenvolvimento local da comunidade; ao mesmo tempo em que se observou um recuo na mobilização e organização comunitária, a partir do encerramento das atividades de assistência técnica do PDHC em Moacir Lucena.

Palavras-chave: PDHC; metodologias participativas; desenvolvimento local; extensão rural.

DOM HELDER CAMARA PROJECT: PARTICIPATORY METHODOLOGIES IN LUCENA MOACIR- RIO GRANDE DO NORTE

Abstract

The aim of this work is to analyze the participative methods of Dom Helder Camara Project (DHCP) in Lucena Moacir settlement in Apodi city, Rio Grande do Norte. Specifically, the contributions of these methodologies to the local community development are analyzed. The DHCP is linked to the Ministry of Agrarian

Development, through the Secretariat of Territorial Development (SDT) and the International Fund for Agricultural Development (IFAD). The theoretical and methodological strategies in the survey were based on studies from Ammann (1978), Peruzzo (2004), Bordenave (2013) and Demo (1993), with regard to studies on participation; and Bava (2001), Jara (2000) Vione (2002), Franco (1998), Carvalho (1999), Buarque (1999) and Oliveira (2001) with regard to local development. The DHCP reports and semi-structured interviews performed with both farmers from Moacir Lucena settlement and technicians from the DHCP/COOPERVIDA were considered in the analyzes. The following analysis categories were proposed by Demo (1993) were used: civil society organization; participatory planning; education and training to citizenship; culture and community identification process and rights achievement process. The results presented by the analysis showed that the participatory methodologies used by DHCP enabled an improvement in the participation of farmers in social and economic aspects of the settlement, with a positive impact on the local community development processes; Moreover, it was observed a decline in community mobilization and organization, as of the technical assistance activities in DHCP Moacir Lucena was canceled.

Keywords: DHCP; participatory methodologies; local development; rural extension.

PROYECTO DOM HELDER CAMARA: METODOLOGÍAS PARTICIPATIVAS EM MOACIR LUCENA- RIO GRANDE DO NORTE

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar las metodologías participativas del proyecto Dom Helder Camara (PDHC) en el asentamiento de Moacir Lucena en el municipio de Apodi, Rio Grande do Norte. Específicamente, se analizan las contribuciones de estas metodologías para el desarrollo de la comunidad local. El PDHC está vinculada al Ministerio de Desarrollo Agrario, através de la Secretaría de Desarrollo Territorial (SDT) y el Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA). Las estrategias teóricas y metodológicas utilizadas se basaron en estudios de Ammann (1978), Peruzzo (2004), Bordenave (2013) y Demostración (1993), con respecto a los estudios sobre la participación; y Bava (2001), Jara (2000) Vione (2002), Franco (1998), Carvalho Filho (1999), Buarque (1999) y Oliveira (2001), en relación con el desarrollo local. Fueron considerados en el análisis de los informes de PDHC y entrevistas semiestructuradas con los agricultores Moacir Lucena y técnicos da Coopervida e PDHC. Se utilizaron las siguientes categorías de análisis propuestos por Demo (1993): *organización de la sociedad civil; la planificación participativa; la educación y la formación para la ciudadanía; la cultura y el proceso de identificación de la comunidad y proceso de conquista de derecho*. Los resultados indicaron que los análisis presentados mostraron que las metodologías participativas utilizadas por PDHC permitió una mejora de la participación de los agricultores y agricultoras en los aspectos sociales y económicos del asentamiento, con un impacto positivo en los procesos de desarrollo de la comunidad local; lo mismo se observó una disminución en la movilización y organización de la

comunidad, a partir de finales de las actividades de asistencia técnica del PDHC en Moacir Lucena.

Palabras clave: PDHC; metodologías participativas; desarrollo local; extensión rural.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é analisar as metodologias participativas do Projeto Dom Helder Câmara no assentamento Moacir Lucena, no município de Apodi, Rio Grande do Norte. O que se pretende é analisar, especificamente, as contribuições dessas metodologias na perspectiva do desenvolvimento local, a partir das atividades desenvolvidas no assentamento.

O Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) foi iniciado em 2002. Está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), e ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida). A estrutura de organização se dá por meio da Unidade de Gestão Participativa (UGP), sendo a sede localizada na cidade do Recife (PE), onde ficam os técnicos e gestores. O Projeto também trabalha com uma Unidade de Supervisão Local (ULS) em cada território atendido. O PDHC tem como objetivo “realizar ações voltadas ao semiárido do Nordeste brasileiro, com a função de gerar e difundir ações que orientem as políticas públicas de combate à pobreza e de promoção ao desenvolvimento rural sustentável” (JALFIM; SIDERSKY, 2009, p. 14).

Para enfrentar esse quadro social, vêm sendo investidos recursos de várias origens, na perspectiva de apoiar a implementação de processos de desenvolvimento que envolva as populações desfavorecidas do semiárido. Dentro do marco territorial, atuam, entre outros, o Projeto Dom Helder Câmara, as ações permanentes do Banco do Nordeste, o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), a Articulação do Semiárido (ASA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), igrejas e diversas organizações de base (SILVA, 2007).

O Projeto Dom Helder Camara faz parte do plano de desenvolvimento rural criado pelo Governo federal para atender as famílias do campo, na perspectiva de aumentar a produção, rompendo com as deficiências crônicas de pobreza, sendo um relevante indicador para o fortalecimento da agricultura familiar, através de seus saberes e fazeres. Por meio da assessoria técnica permanente, propõe desenvolver metodologias

participativas de geração de conhecimento, aumentando as capacidades e oportunidades das pessoas (ARAÚJO; JALFIM; SIDERSKY, 2010).

Dessa maneira, o PDHC almeja assegurar uma assessoria diferenciada do modelo clássico de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), que durante anos foi marcado por práticas difusionistas que se preocupavam com a modernização, a renda e a produtividade do meio rural, desenvolvendo métodos e inovações tecnológicas excludentes ao agricultor familiar (FONSECA, 1985; CAPORAL, 1999; DIAS, 2008; CALLOU; TAUK SANTOS, 2013).

Essas mudanças, de acordo com o PDHC, necessitam de novos instrumentos que deverão ser baseados em metodologias participativas, que agreguem o agricultor e desenvolva suas potencialidades. Assim se refere o PDHC:

As metodologias devem favorecer o aprendizado gradativo e a construção participativa/coletiva dos conhecimentos. Nestes termos, os processos de aprendizado devem viabilizar a reflexão, a partir de uma vivência prática das famílias, no seu cotidiano, com as propostas em questão (ARAÚJO; JALFIM; SIDERSKY, 2010, p. 27).

Entre os objetivos do PDHC, relacionados às metodologias participativas, estão:

Apoiar espaços interinstitucionais, democráticos para a implementação e controle de políticas públicas; fortalecer práticas organizacionais autônomas e solidárias; estimular e potencializar a participação direta de jovens; promover e apoiar ações para inclusão étnica, visando fortalecer a cidadania da população negra e indígena (JALFIM; SIDERSKY, 2009, p. 2).

O PDHC, portanto, parece ir ao encontro do novo modelo de extensão rural que preconiza hoje a intervenção em comunidades rurais pautada nos princípios do diálogo de saberes e do desenvolvimento local (CAPORAL, 2007; LIMA; ROUX, 2008; CALLOU, 2013; CALLOU; TAUK SANTOS, 2013).

Na busca por uma compreensão a respeito de como as metodologias participativas estão sendo asseguradas no processo de reconfiguração da extensão rural, escolhemos o Projeto Dom Helder Camara como objeto desta pesquisa. Para isto, tomamos como referência a realidade do assentamento Moacir Lucena, no município de Apodi (RN).

A escolha do assentamento Moacir Lucena deve-se ao fato de ele ter participado, de 2003 a 2013, de um trabalho de extensão orientado por técnicos da Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural (Coopervida), órgão executor dos projetos do PDHC. Assim, a experiência do assentamento Moacir Lucena se mostrou como um campo fértil para se investigar sobre as implicações das metodologias participativas no campo do desenvolvimento local.

O assentamento Moacir Lucena está localizado no município de Apodi (RN), distante a 390 km da capital Natal. Reconhecido como de interesse social para fins de Reforma Agrária em 24 de maio de 1998, portaria nº 38 de 27/05/1998, a partir de um processo de lutas e conquistas dos antigos agricultores da fazenda Boca da Mata o assentamento é instituído como bem coletivo. O assentamento é composto por vinte famílias assentadas e oito agregadas, tendo uma área territorial totalizada em 549,91 hectares, apresentando uma área média por família dividida por lotes de aproximadamente 19,6 ha e, ainda, de 50 ha de área desmatada e cerca de 59,7 ha de área coletiva (DANTAS, L.B. et al., 2007).

Nesse assentamento, o PDHC/Coopervida conseguiu mobilizar os assentados do Moacir Lucena para participar de diversos projetos: caatinga manejada, horta, para ser explorada pelo grupo de jovens; apicultura; unidade de beneficiamento de polpas de frutas; e rebanho caprino para o grupo de mulheres. Entretanto, os projetos pretendiam contribuir com os assentados no sentido de sensibilizá-los para a dinâmica produtiva e social do assentamento (JALFIM; SIDERSKY, 2009).

O uso de metodologias participativas na sociedade moderna tem sua gênese nas discussões sobre participação social. Alguns autores discutem a construção da participação, com base nos princípios da autonomia, empoderamento, aprendizagem coletiva, entre outros (AMMANN, 1978). Cabe ressaltar, nesse aspecto, o pensamento de Demo (1993, p. 2), ao enfatizar que “a participação que dá certo, traz problemas, pois este é seu sentido. Não se ocupa espaço de poder, sem tirá-lo de alguém.” Por sua vez, Peruzzo (2004) afirma que a participação já passou por diferentes usos que lhe foram impingidos, podendo significar desde o mero “assistir” até o pleno “tomar parte ativamente”.

Desse modo, a participação deve garantir os direitos coletivos na busca da inclusão social para a população que não conta com nenhuma assistência, ou foi privado dela. Neste sentido, Watanabe (2010, p. 26) ressalta que “fortalecer a compreensão sobre a participação exige contraposição ao pensamento hegemônico de democracia, que reforça o viés da representação e centralização do poder político, e fomenta a não participação da população nas decisões”.

Todavia, é preciso estar atento para identificar até que ponto o cidadão decide sobre os assuntos públicos. No entender de Bava (2001), criam-se espaços de participação popular como forma de garantir o cumprimento de direitos negados pelos governos tradicionalmente conservadores. Com essa configuração, o autor ainda

ênfatiza que os governos de forma tímida comeam a adotar ações participativas que têm o foco de “democratizar a gestão”, muitas vezes resumidas ao orçamento participativo, sendo poucos os exemplos de certa autonomia, mantendo-se dependente das tradições do poder público.

Nesse contexto, as organizações não governamentais que atuam nas comunidades rurais têm desenvolvido metodologias para estimular a participação e superar a acomodação e omissão gerada pela extensão tradicional. Nesta discussão, merece relevância, segundo o PDHC, o aspecto social, que pode ser mediado através da assessoria técnica inovadora, que atenda a população, especialmente a mais pobre (JALFIM; SIDERSKY, 2009).

Para Vione (2002):

O uso de metodologias participativas, valorizando potencialidades locais e resgatando a autoestima das pessoas, pode ser importante ferramenta para a construção de capital social e empoderamento² de pessoas historicamente excluídas das decisões políticas (Vione, 2002, p. 5).

Tal afirmativa se coaduna com as observações de Cordioli (2001, p. 11), quando diz que a “participação vai muito além de estar presente, significando envolver-se no processo, dar opiniões, concordar, discordar, analisar, propor, decidir, avaliar, enfim, ser elemento integrante”.

Dessa forma, a construção das metodologias participativas pode ser intermediada pelo poder local, a comunidade e os atores sociais que estão inseridos em seus locais, na busca da democracia participativa. Sobre essa questão, Azevedo et al. (2004) afirmam que é no poder local que se deve privilegiar os espaços de participação para a realização da democracia cidadã e de iniciativas econômicas e sociais, não se restringindo apenas ao desenvolvimento econômico.

De acordo com Demo (1993, p. 27-66), a ideia de participação enquanto ação cidadã deve estar pautada em cinco canais que podem ser aplicados em determinado local: 1) *organização da sociedade civil*, compreendida como a capacidade histórica de a sociedade assumir formas conscientes e políticas de organização; 2) *planejamento participativo*, que diz respeito a uma estratégia concreta de enfrentamento dos problemas que afetam o grupo; 3) *educação como formação à cidadania*, relacionada ao processo formativo do sujeito do desenvolvimento, num contexto de direitos e deveres; 4) *cultura como processo de identificação comunitária*, isto é, a cultura como acesso a habilidades capazes de potencializar a criatividade do trabalho, lastro cultural próprio,

² Fortalecimento da capacidade de autogestão e cogestão da comunidade (BROSE, 1999, p. 12).

que identifique num grupo social condição para se sentir; e 5) *processo de conquista de direitos*, quando leva à formação de ideologias comprometidas com processos de redução da desigualdade social e regional.

No que se refere à temática do poder local, assim assinalada por Bava (2001), Carvalho Filho (1999), Buarque (1999), Castells e Borja (1996), ganham relevância as discussões acerca do desenvolvimento local, sobretudo no viés da gestão pública participativa. Segundo Bava (2001), essa gestão se elabora de maneira lenta para alcançar mudanças significativas na posição da autonomia e na organização popular diante da comunidade.

Desse modo, o acesso direto e efetivo ao poder local pode representar, não apenas a expansão de capacidades relacionadas à participação, mas a possibilidade de promoção de outras oportunidades que apontem para novas configurações socioeconômicas (AZEVEDO et al., 2004). É neste sentido que Castells e Borja (1996, p. 10) tratam o desenvolvimento local, como “(...) expresso por uma mobilização, e, principalmente, de convergência importante dos atores sociais do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento”.

Nesse sentido, a participação popular, e com ela as metodologias participativas, passa a ter papel relevante dentro da elaboração do desenvolvimento local, visto que as mudanças sociais, ambientais, econômicas e culturais virão a se concretizar, se houver o acompanhamento direto do cidadão ativo na busca de transformações estruturais no local onde está inserido (FRANCO, 1998; CARVALHO, 1999; BUARQUE, 1999; JARA, 2000; VIONE, 2002).

Entretanto, Bava (2004, p. 8) chama atenção para a necessidade de se avaliar os espaços participativos “para não se repetirem, ainda que de forma subliminar, os mesmos efeitos de gestão autoritária que excluem a população das decisões coletivas.” Outro aspecto a ser considerado, diz Dowbor (1996 apud Martins, 2002), é de que o desenvolvimento local não pode ser pensado numa “lógica economicista.” Para ele, há que ser enfatizado, além da geração de emprego e renda, a democratização política e a justiça social.

Não é à toa que Oliveira (2001, p. 13) ressalta que a noção de desenvolvimento local tem sido analisada por alguns autores de forma romântica, pois estes concebem a cidadania a partir do não conflito, base mesma da sua construção. Diz ele:

[...] está-se elaborando um discurso sobre desenvolvimento local como paradigma alternativo à sociedade plagada de conflitos por todos os lados; desenvolvimento local é apresentado como um “emplastro” [...] capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades.

Assim, para ser caracterizado o Desenvolvimento Local dentro de um determinado contexto, faz-se necessária a manifestação de alguns fatores essenciais, como a utilização das potencialidades locais, a integração entre as pessoas, a descentralização do poder, para que o desenvolvimento se torne efetivo e eficiente instrumento de política pública e que gere pessoas empoderadas e participativas.

Tomando como cenário o PDHC e as ações desenvolvidas no assentamento Moacir Lucena, tem-se observado em seus relatórios a preocupação com o desenvolvimento local, ao realizar atividades de mobilizações das pessoas e comercialização dos produtos locais. Além disso, o PDHC busca fortalecer processos locais, participativos e solidários, de construção social do desenvolvimento humano (ARAÚJO; JALFIM; SIDERSKY, 2010).

O interesse pela temática da participação, em especial as metodologias participativas adotadas pelo PDHC no assentamento Moacir Lucena, foi motivado por duas inquietações. A primeira partiu da necessidade de se investigar as fragilidades que podem condicionar a não participação local, tendo em vista que no ano de 2010, visitamos o assentamento, por meio da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), percebendo a dificuldade na organização comunitária local. A segunda inquietação se baseia na escolha de discutir as metodologias participativas e o desenvolvimento local, incluindo a perspectiva dos assentados.

Também nos motivou o fato de identificarmos na literatura consultada pouca produção de conhecimento relacionado às metodologias participativas e ao próprio PDHC. A questão que norteia este trabalho está relacionada, em última instância, ao alcance das metodológicas de participação do PDHC para o desenvolvimento local do assentamento Moacir Lucena.

1.1 O processo de investigação

Para atingir os objetivos deste estudo, consideramos os cinco canais estabelecidos por Demo (1993), chamados aqui de categorias de análise: *organização da sociedade civil, planejamento participativo, educação como formação à cidadania,*

cultura como processo de identificação comunitária e processo de conquista de direitos.

Optamos pelo método qualitativo para o desenvolvimento deste trabalho. Minayo (1996) destaca que este tipo de abordagem permite uma análise mais profunda das relações, dos processos e dos fenômenos sociais.

Para o desenvolvimento inicial da pesquisa, acompanhamos uma reunião da associação dos posseiros do projeto de assentamento Moacir Lucena, na perspectiva de identificar as experiências de organização na comunidade, enfatizando as mudanças operadas no assentamento. Neste processo, buscamos observar os avanços, recuos e tensões experimentados pelos sócios na inserção e construção dos projetos financiados pelo PDHC, na perspectiva de compreender as metodologias participativas ao longo dos dez anos de parceria com o PDHC e a Coopervida.

A revisão da literatura que trata da discussão sobre metodologias participativas, Lei de Ater e desenvolvimento local foi acompanhada de um levantamento de documentos, relatórios e artigos científicos relacionados ao Projeto Dom Helder Camara/Coopervida. Foram estas fontes de informação, seguindo as observações metodológicas de Gil (2002), que permitiram uma análise preliminar quanto à heterogeneidade dos atores sociais envolvidos no processo participatório.

Escolhemos o estudo de caso como método investigativo, no sentido de que nos propomos a analisar um processo complexo, partindo de um contexto real (GIL, 2009). Este método é ideal, como afirma Yin (2005), quando as questões que estão colocadas são do tipo “como” e “por que”.

Como fonte para a coleta de dados e informações pertinentes, fizemos uso de anotações em diário de campo. Ao lado disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, seguindo as instruções de Triviños (1987), com doze agricultores que fizeram parte dos cinco projetos produtivos do PDHC, no período de 2003 a 2013, abordando a participação das famílias nesses empreendimentos e a assessoria técnica recebida pelo PDHC/Coopervida. Foram igualmente entrevistados três membros da diretoria da associação dos posseiros do assentamento Moacir Lucena, uma técnica da Coopervida que trabalhou no assentamento e dois membros da direção da UGP do PDHC.

Com a associação dos posseiros de Moacir Lucena, buscamos compreender as mudanças ocorridas na vida dos agricultores assentados em decorrência do acesso aos projetos financiados pelo PDHC e como estes contribuíram ou não para ampliar a

participação dos agricultores na associação; com os técnicos da Coopervida e os dois membros da direção da UGP/PDHC, o interesse foi o de aprofundar as opiniões acerca das metodologias participativas do PDHC/Coopervida (vide roteiros das entrevistas no apêndice 1). Para preservar a identidade dos entrevistados, foram utilizados nomes fictícios nos depoimentos que aparecem nas análises.

2. Projeto Dom Helder Camara: metodologias participativas em Moacir Lucena

2.1 Organização da sociedade civil

No assentamento Moacir Lucena, a organização social tem sua origem na luta pela terra. Conquistar o chão para morar, plantar e viver motivou os agricultores à luta coletiva, criando um novo sistema social. Para enfrentar a concentração de terra, fome e exploração do trabalho, fez parte do processo de ocupação a organização dos trabalhadores:

A gente vivia uma vida escrava, pagava meia, terminava a safra ele o dono da terra ficava com 50% e os outros 50% ele trazia a peste da caderneta das compras lá na bodega dele aí comia mais 40% eu só ficava com 10% que era três tambores de feijão e um de milho para o ano todo, pedia a Deus pra chover, porque se não morria de fome (Josimo, 77 anos).

Outro processo na dinâmica de organização local foi a construção das casas no assentamento, da sede da associação, do prédio para armazenamento das polpas de frutas e da sede poliesportiva, construídas em sistema de mutirão. Os agricultores lembram esse momento como algo emblemático na vida comunitária. Diz um agricultor:

No começo, foram construídas as casas com a ajuda de todo mundo junto, tempo muito difícil, mas de muita união, quando veio a verba para construção das casas ninguém aceitou o modelo dado pelo Incra, era umas casinhas pequenininhas não dava pra ninguém morar, aí resolvemos nós mesmos fazer as casas, as mulheres entravam no trabalho de cozinhar, de ajudar de todo jeito (Antônio Henrique, 58 anos).

No que se refere à assessoria técnica por meio do PDHC/Coopervida, a agricultora Dorothy (30 anos) relata que foi um período importante para a dinâmica da comunidade, sendo que todas as atividades dos projetos estavam em volta das discussões, reuniões e encontros do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

(STTR), fórum dos agricultores familiares de Apodi e Cooperativa dos agricultores familiares da cidade do Apodi (Cooafap). Ressalta ela: “*não vou mentir pra você não ia muitas reuniões lá fora, mas os técnicos sempre diziam que era importante a gente tá em todos os lugares, eles incentivavam, diziam que era bom pra comunidade.*” Para a técnica da Coopervida (45 anos), a representação de alguns agricultores nesses ambientes durante a ocupação da terra e implementação dos projetos do PDHC foi, de fato, um marco importante na construção de espaços participativos.

Ainda segundo a técnica, a assessoria buscou criar um ambiente favorável à organização comunitária, estando incluídos encontros formativos, reuniões em espaços de interesse dos próprios agricultores, além da própria participação na associação comunitária. Aspecto também corroborado pelos membros da direção da UGP do PDHC: “*participar desses espaços é essencial na valorização dos atores (...) sociais, sem participação não há como incluir.*” É nesta perspectiva que se configurou a presença do PDHC e sua importância para a promoção da participação dos agricultores. Relata a técnica da Coopervida (45 anos):

Eu percebi que depois que nós estávamos lá, os agricultores começaram a participar do próprio sindicato. Antes aqueles grupos de assentados nem eram levados em consideração, mas aí a gente começa a perceber que um agricultor já se filia a um partido político, uma mulher já vai para comissão de mulheres da chapada, outra mulher já ia viajar pra Mossoró pra formação do Centro feminista oito de março (CF8), falava, participava, enquanto outro assentado já entrava como membro do sindicato de Apodi, já representava os agricultores em encontros, em seminários.

Para ela, a participação dos agricultores nos espaços coletivos possibilitou empoderá-los para mobilização, organização e comercialização dos produtos, dando visibilidade aos atores mais excluídos, que eram as mulheres e os jovens da comunidade. A técnica ainda reforça como aspecto positivo o uso das metodologias participativas, como ferramenta essencial desse processo:

Se a pessoa não parar e escutar o que as pessoas estão dizendo, pensando dos projetos, nós não vamos construir nada, vai ser uma ilusão de construção. É preciso escutar o que eles estão dizendo, o que estão pensando e muitas vezes o que nem tão dizendo; dessa forma, as metodologias participativas fizeram grande diferença no desenvolvimento comunitário e na conquista de direitos (Técnica da Coopervida, 45 anos).

Nesse sentido, a assessoria técnica, ao adotar metodologias participativas, cria um instrumento viabilizador com capacidade de definir e gerar um processo endógeno de mudança, que leva em conta o econômico e a melhoria da qualidade de vida da

comunidade, por meio da organização e participação dos agricultores nos processos de decisão. Aspectos que vão ao encontro do conceito de desenvolvimento local, compreendido como a melhoria da qualidade de vida da população, a partir de esforços endógenos locais (BUARQUE, 1999).

A forma como foi conduzido o processo de construção das casas do assentamento provavelmente contribuiu para essa opção por parte dos agricultores em investir nos mutirões, criando uma estrutura que viabilizasse o diálogo diante das atividades que desejavam realizar nos projetos do PDHC/ Coopervida. Assim se refere o agricultor Antônio Henrique (58 anos): *“tudo aqui era discutido no grupo, na associação, tinha vez que a gente passava o dia todo discutindo, decidindo o que era melhor pra comunidade”*.

Além das discussões para decidir a aplicação dos recursos destinados aos espaços coletivos, as reuniões e os encontros promovidos pela assessoria técnica constituíram-se em laços importantes para a auto-organização. Conforme podemos perceber no depoimento do agricultor Zumbi (47 anos): *“tinha muitas reuniões pra tudo, era tudo decidido no coletivo, nas reuniões eram levadas as pautas pra nós agricultor dizer o que era melhor pra gente”*.

Como podemos observar, a presença dos agricultores nos projetos financiados pelo PDHC/Coopervida (manejo da caatinga, caprinocultura, polpas de frutas, apicultura e hortas) foi fundamental para manter o trabalho coletivo, com base nas metodologias participativas, através do diálogo, escuta e aprendizado dos envolvidos: *“tudo foi pensado de acordo com o que seria melhor para o coletivo, até porque os projetos eram voltados para todas as famílias e não apenas parcela”* (direção da UGP/ PDHC).

Fato é que, a partir do momento em que os técnicos da Coopervida deram por concluída a assessoria técnica em Moacir Lucena, em 2013, os agricultores passaram, pouco a pouco, por dificuldades no que se refere à organização comunitária. Todos os agricultores e agricultoras entrevistados foram enfáticos, ao afirmar estas dificuldades. Diz um deles:

Parece até que os deuses não gostaram depois que o Dom Helder foi embora, até a chuva nunca mais veio, tudo tá mais difícil, o povo não quer mais se reunir, não querem mais lutar pela comunidade (Burnier, 46 anos).

No entanto, em nenhum momento os agricultores entrevistados avaliaram como negativo o modo como as reuniões eram conduzidas: *“eles nunca avaliam como ruim ou precisa melhorar, mesmo que não tenha dado certo algo,”* diz a técnica. Na visão da agricultora Adelaide (46 anos), *“as coisas pioraram, mas isso é culpa nossa, os técnicos sempre falaram que era pra gente conduzir tudo e sempre avisaram que iam sair daqui.”* Em outro momento, o agricultor Zé Maria nos diz: *“viver aqui é bom, o povo daqui é tranquilo, não tem desavença, o que tem de ruim é a seca e também a falta de vontade de lutar, todo mundo se acomodou.”* Ao afirmar que eles estão acomodados, o agricultor registra o quanto o recuo na organização comunitária limitou os avanços adquiridos durante a presença do PDHC/Coopervida em Moacir Lucena.

Essa convicção de que a saída dos técnicos trouxe pontos negativos para a comunidade e, por isso, alguns agricultores não deram continuidade aos projetos produtivos, nos revela, entretanto, que há, ainda, uma vontade de voltar ao trabalho coletivo anteriormente desenvolvido. Assim se refere à agricultora Margarida (48 anos): *“eu quero voltar a fazer o trabalho que aprendi com os técnicos, foi um tempo bom, mesmo que muitos estejam parados e sem motivação, eu vou fazer uma horta no quintal pra ver se chama mais gente”*.

Ao questionar os agricultores sobre os anos de assessoria técnica prestada PDHC/Coopervida na comunidade, todos foram unânimes em responder que era melhor quando havia a presença da instituição. Em alguns depoimentos, entretanto, a assessoria técnica é vista como inibidora de problemas. Assim se referem: *“Quando eles tavam (técnicos) aqui, tudo era uma maravilha, tudo era resolvido junto com a comunidade, tudo dava certo”* (Josimo, 77 anos).

Essas falas sugerem o quanto ainda os agricultores estão dependentes e à espera da assessoria técnica para dar continuidade aos projetos produtivos desenvolvidos pelo PDHC/Coopervida em Moacir Lucena. Com isto, podemos inferir que mesmo com um acompanhamento técnico ininterrupto de dez anos, por meio de metodologias participativas, os agricultores encontram-se, ainda, numa situação aquém daquela esperada pelo PDHC/Coopervida.

Entretanto, há outras variáveis que não foram contempladas neste trabalho, mas que, de alguma maneira, podem ter comprometido o desenvolvimento das atividades produtivas em Moacir Lucena, após a saída dos técnicos da comunidade. Podemos citar, por exemplo, o longo período de seca, a fiscalização das polpas de frutas por parte da Anvisa, a insuficiência de água para manter o projeto de hortas, bem como fatores

ligados ao contexto histórico de subalternidade ao qual estão submetidos os agricultores, como assinala Carvalho (1994).

Seja como for, nesses 10 anos de assessoria técnica, as entrevistas revelaram que o trabalho do PDHC/Coopervida foi fundamental na organização comunitária. Este processo, entretanto, não foi isento de conflitos, fundamentais, como pontua Oliveira (2001), nas discussões sobre direitos sociais no desenvolvimento local, ampliando, por seu turno, as capacidades de as pessoas decidirem o tipo de vida que desejam ter.

2.2 Planejamento Participativo

No planejamento dos projetos financiados pelo PDHC/Coopervida, foram realizados, segundo Jalfim e Sidersky (2009), reuniões, assembleias e encontros, objetivando, principalmente, uma proposta alternativa, comprometida com a redistribuição do poder, avessa ao assistencialismo.

No que se refere ao papel das metodologias participativas na definição, elaboração e execução dos projetos a serem financiados pelo PDHC e executados pela Coopervida, constatou-se, por meio dos agricultores e agricultoras entrevistados, que as metodologias se pautaram na escuta, diálogo, formação e comprometimento com a realidade social de Moacir Lucena. Os depoimentos de agricultores revelam o uso dessa ferramenta pelo PDHC/Coopervida:

Tudo aqui era decidido nas reuniões, seja na associação ou em cada projeto, mas sempre escutava o povo na hora de decidir (Burnier, 46 anos).

Todo mundo tinha direito de opinar, eles escutavam a gente, os projetos era nós quem escolhíamos. Os técnicos diziam: a opinião é de vocês, eu tô aqui só para cumprir o que vocês determinam e ver que é possível, estamos aqui pra ajudar [...] pra decidir alguma coisa os técnicos falavam, perguntavam nossa opinião, eles queriam saber o que nós queríamos era tudo conversado (Zé Maria, 65 anos).

Estes depoimentos revelam, por outro lado, o olhar atento da assessoria técnica quanto à participação dos agricultores na livre escolha dos projetos, por meio de atividades, nas quais o diálogo entre técnicos e agricultores assume papel preponderante. Assim, esclarecem os dois membros da direção da UGP/PDHC: “sempre se planejou com as famílias, com a assessoria técnica, identificando seus problemas, seus potenciais, criando um plano local, o plano do assentamento.” Nessa situação, os agricultores assumem um papel de beneficiários ativos na política pública

de extensão rural. Aspecto que propicia aos agricultores o desenvolvimento de habilidades para negociar com os técnicos os projetos a serem implementados no assentamento. Metodologia participativa essencial para provocar impactos positivos sobre a organização e participação comunitária, como sugere Vione (2002).

Para a agricultora Margarida (48 anos), e muitos outros agricultores entrevistados, os técnicos “*sempre faziam alguma coisa pra gente falar.*” O ato de falar teve, segundo ela, um papel importante nas atividades que sustentavam o assentamento, permitindo aos agricultores se envolverem no processo de preparação, atuação e avaliação de cada projeto. Nestes termos, reafirma outra agricultora: “*Todo ano havia uma reunião e fazia o planejamento, os agricultores e técnicos estavam reunidos para discutir sobre os projetos*” (Adelaide, 46 anos).

Para que os agricultores e agricultoras realizassem uma livre escolha dos projetos produtivos, havia uma preocupação por parte do PDHC de diminuir a interferência do técnico que atuava em Moacir Lucena na avaliação e encaminhamento dos projetos. Assim, eram destinados técnicos de outras áreas para fazer o planejamento, juntamente com os agricultores. Assim se refere a técnica da Coopervida (45 anos): “*Não eramos nós técnicos da área do Moacir que fazíamos o planejamento. Eu ia pra outro canto, pra não ficar tão dominado, nós contestávamos isso.*”

O planejamento, porém, não perdia de vista as peculiaridades dos agricultores e, conseqüentemente, as implicações sociais, econômicas e participativas, como enfatiza ainda a técnica: “*planejar antes de tudo era dar voz aos principais envolvidos no processo, era deixar o agricultor e agricultora falar, opinar sobre o que era melhor na vida deles.*” Esta era, talvez, a razão pela qual o PDHC evitava, no planejamento, a interferência direta da equipe técnica, como uma estratégia metodológica para estimular os agricultores a participar, adotar e internalizar a importância do planejamento participativo na vida comunitária.

Os agricultores entrevistados reconhecem a importância dessa metodologia para o empoderamento da comunidade. Para Gohn (2004), o planejamento participativo tem a capacidade de gerar processos de desenvolvimento autossustentável, fundamentais na organização e no desenvolvimento de projetos comunitários. Os agricultores e agricultoras de Moacir Lucena expressaram satisfação com o trabalho desenvolvido pelo PDHC/Coopervida:

Com o projeto da polpa e cabras eles faziam de tudo pra gente participar das reuniões, sempre diziam a importância de está reunido, pedia pra não faltar nos encontros (Romero, 33 anos).

No planejamento era assim, os técnicos diziam o que tinha sido feito o ano todo e o que não tinha sido feito, depois todo mundo junto ia falar por que não foi feito e dizer como deveria ser melhor (Chico, 42 anos).

Menina, aqui tinha reunião de tudo quanto era assunto, sempre que precisava decidir alguma coisa os técnicos se reuniam com nós, não tinha essa história de decidir; só eles (técnicos), faziam questão de ouvir o que a gente (Zumbi, 47 anos).

O relato realizado pelos entrevistados de Moacir Lucena revelou as contribuições do planejamento participativo para a vida dos agricultores:

Hoje eu consigo entender por que eles queriam que nós falássemos. A importância de dizer o que pensa. Quando você não fica calado, o outro começa a lhe respeitar, porque sabe que você entende o que está sendo falado (Burdier, 46 anos).

Os planejamentos mudaram minha vida; de tanto eles pedirem pra falar, hoje eu falo até demais (risos) (Ezequiel, 45 anos).

Desse modo, infere-se que as estratégias metodológicas utilizadas pelo PDHC/Coopervida nos planejamentos participativos em Moacir Lucena foram fundamentais para promover a participação e a autoestima dos agricultores e agricultoras envolvidos nos projetos produtivos.

1.3 Educação como formação à cidadania

O cenário da luta contra direitos negados ao campo e o enfrentamento da exclusão social conduziram os agricultores de Moacir Lucena à implementação de uma escola na comunidade. A escola funciona na sede da associação, numa sala improvisada. O poder público municipal disponibilizou uma professora para atender todas as crianças do ensino fundamental I, por meio da formação multissérie.³ Para cursar as séries seguintes, os estudantes se deslocam até o distrito de Soledade para dar início ao ensino fundamental II, enquanto o ensino médio é ministrado na sede do município de Apodi. Os alunos utilizam o transporte escolar cedido pela Prefeitura.

Como se pode observar, a ausência de políticas públicas educacionais no meio rural ainda é um desafio em contextos de exclusão social. Esta situação é ainda mais

³ A multissérie é uma forma que traz maiores desafios de planejamentos para os professores, para acolher não só as diferentes necessidades de conteúdo, como também a grande variação de interesses e modos de interação, resultantes das peculiaridades de cada aluno (MONTEIRO; NUNES, 2010).

grave, como se referem Molina, Caldart e Arroyo (2011), quando se observa a ineficiência do ensino nessas localidades.

Nesse cenário, a equipe técnica da Coopervida buscou desenvolver uma educação popular dentro dos projetos produtivos, por meio das metodologias participativas, entre elas a escuta e o espaço de fala dos agricultores. A técnica entrevistada reconhece que as metodologias participativas foram ferramentas importantes no apoio a cada projeto, em que os sujeitos eram envolvidos na construção do saber. Diz ela: *“a educação deve ser construída a partir da integração do saber técnico e popular do agricultor, tudo que vai ser feito em determinado projeto deve passar pelos beneficiados!”* Os dois membros da direção da UGP/PDHC ressaltam: *“é a partir das metodologias participativas que o saber do agricultor deve ser incorporado às novas tecnologias sociais e seu saber deve ser totalmente estimulado.”* Sobre estes aspectos, assim se referem alguns agricultores:

Vinha muita gente de fora falar, conversar, explicar o que era agroecologia, como reaproveitar a água para plantio das hortas. E a gente ia para intercâmbios fora, conhecer outros agricultores, quando foi pra ter o projeto das cabras, hortas, foram ver outras experiências (Cleusa, 43 anos).

Nunca se contrapôs (os técnicos) ao conhecimento do agricultor, deixava a gente falar, na verdade eles pediam pra dizer o que pensava o que nós queríamos (Burnier, 46 anos).

Além das discussões acerca de diferentes temas relacionados às atividades agrícolas, as reuniões, encontros e cursos se constituíram também em espaços de formação em diversos outros assuntos, entre eles gênero, juventude rural, associativismo, agrotóxicos, conduzidos pela assessoria técnica ou convidados. As formações normalmente aconteciam no próprio assentamento, como forma de estimular, facilitar e garantir a participação dos agricultores, principalmente das agricultoras, em virtude de seus afazeres domésticos. Aspecto ressaltado por Farah (2004), particularmente no que se refere à abertura de espaços para que as mulheres possam contribuir cada vez mais nos processos decisórios, valorizando suas vidas, por elas mesmas e pelas pessoas que as cercam.

No tocante aos diversos temas abordados nas formações, a técnica entrevistada nos esclareceu que o PDHC trabalhava com parcerias. Diz ela: *“nós tínhamos entidade de referência, como o centro feminista oito de março o CF8 que nos capacitava; tinha uma agenda para o ano todo para nos preparar nas áreas, com todo o diferencial em*

trabalhar com as mulheres, não era no achismo e muito menos no espontaneísmo.”

Esta observação vai ao encontro da fala dos agricultores:

Eram encontros explicando o que era feminismo; lembro muito bem que a técnica dizia que mulher tem direito de ir pra onde ela quiser, aprendi a importância de ser mulher (Cleusa, 43 anos).

No grupo de jovens, os técnicos sempre traziam as discussões que eles gostavam, era explicando o que era ser jovem, importância da gente entrar nas discussões da comunidade (Dorothy, 30 anos).

Com esses encontros, palestras e reuniões, saímos da “timidez”, aprendemos a falar com todo mundo, mesmo do meu jeito eu agora explico como foram os projetos (Ezequiel, 45 anos).

Os técnicos eram bem atenciosos, faziam reuniões com vários temas, traziam dinâmicas, brincadeiras pra todo mundo participar (Romero, 33 anos).

O uso de elementos presentes no cotidiano do agricultor era fundamental para a participação nas reuniões dos projetos. Assim, eram usados objetos conhecidos pelos assentados. Diz a técnica: *“para trabalhar, explicar o que é agroecologia, uma vez eu fiz assim, pedi para cada um trazer de casa algo que eles achavam que representava a agroecologia. A metodologia popular nos ajudou muito, eles iam entendendo a mensagem a partir dos símbolos usados.”* Neste sentido, diz uma agricultora:

Eu mal sei ler e escrever até porque estudar aqui foi sempre muito difícil, mas depois que o Dom Helder veio pra cá aprendi muitas coisas, dei muitas entrevistas pra professores, universidades, intercâmbios que vinham conhecer a comunidade. Quando eu começo a pensar nas coisas boas que passamos, eu fico emocionada (pausa). Eu aprendi muito com os projetos, foi tudo muito proveitoso, tanto pra mim e eu acredito que pra todos (Margarida, 48 anos).

Os dois membros da direção da UGP/PDHC revelaram que os técnicos eram orientados a construir um projeto, a partir do encontro de conhecimentos, sendo necessária certa horizontalidade do saber. Como salienta Caldart (2000), trata-se de uma pedagogia que vai além da escola, que é organizada nos movimentos sociais, na prática social. Neste sentido, diz que as metodologias têm que levar a construção participativa ao encontro de saberes para um novo patamar de conhecimentos, capaz de criar e dar condições para mais qualidade de vida.

Havia na ação da assessoria técnica um significado eminentemente educativo, na medida em que as atividades decorrentes dos projetos eram desconhecidas dos agricultores, a exemplo do manejo da caatinga, polpas e apicultura. Neste sentido, novas estratégias metodológicas de educação popular foram adotadas, tendo como pressupostos a valorização do saber do outro, o diálogo e a escuta, por meio de cursos,

encontros, intercâmbios e palestras em diversos locais, oferecidos aos agricultores. Assim se refere um agricultor:

Os técnicos despertaram potenciais que estavam adormecidos, faltava uma luz para nos orientar. Os projetos sempre se basearam nas propostas dos agricultores, nunca foi contrário ao que diziam (Romero, 33 anos).

Por outro lado, a técnica entrevistada reconhece que trabalhar com metodologias participativas é algo complexo, principalmente com agricultores semianalfabetos e que vivem historicamente num contexto social de submissão. Para mudar esse sistema, esclarece a técnica, requer tempo e acompanhamento permanente. Diz ela: “*nós éramos sensíveis a isso, nós tentávamos desconstruir no Dom Helder, com muita dificuldade porque os trabalhadores não eram alfabetizados, muitas vezes a questão da participação era difícil, eles tinham receio de tá falando.*” Esta observação chama a atenção sobre a importância da educação formal e informal para promoção da mobilização social no meio rural. Aspecto também corroborado pelos dois membros da direção da UGP/ PDHC

As metodologias participativas, ao privilegiar o diálogo e a valorização do outro como sujeito de mudança, foram avaliadas pela técnica da Coopervida como ferramentas importantes nesse processo: “*you escutar as pessoas falarem é a coisa mais importante do mundo. Nós da Coopervida combatíamos isso de chegar a um lugar achando que sei de tudo é preciso ouvir o que o agricultor tem a dizer*”.

Todos esses aspectos possibilitam reafirmar a necessidade das metodologias participativas na extensão rural, devendo seus assessores atuar como animadores, mediadores de um processo que deve ser conduzido pelos próprios agricultores.

2.4 Cultura como processo de identificação comunitária

A perspectiva de cultura abordada por Demo (1993), enquanto processo de identificação comunitária, a partir da ativação das potencialidades e criatividade locais, foi observada nos projetos desenvolvidos pelo PDHC/Coopervida em Moacir Lucena. As metodologias participativas utilizadas pelos técnicos da Coopervida possibilitaram construir um alicerce para a organização comunitária, ao considerar elementos culturais endógenos do assentamento, a exemplo dos hábitos alimentares, as formas fitoterápicas para a cura de doenças, as técnicas de cultivo e colheita agrícola e, sobretudo, as formas

de solidariedade e vizinhança. O depoimento de um agricultor revela o quanto a equipe técnica foi importante para a identificação comunitária:

Acho que foi o início de tudo aqui. A gente sempre foi unido mesmo antes dos técnicos virem pra cá, mas nunca tínhamos nos organizado de fato, só na luta da terra, depois todos paramos, quando os projetos chegaram, aí sim, foi o tempo de aprendermos muitas coisas (Burdier, 46 anos).

Os projetos do manejo da caatinga, caprinocultura, polpas de frutas, apicultura e hortas são vistos pelos entrevistados como o grande diferencial na vida comunitária. É a partir deles que os agricultores, de fato, vão iniciar a sua identificação como comunidade:

Participar dos projetos mudou tudo, eu digo por mim e por todos que entraram. Ninguém ficou igual e nem a comunidade, porque tudo era feito junto, não tinha individualismo. A importância de estarmos unidos foi orientada nas reuniões. Os costumes da comunidade sempre foram respeitados pelos técnicos. Eu digo por mim, sempre acreditei nos remédios caseiros, nas rezas e eles nunca falaram nada (Chico, 42 anos).

Essas características são fortalecidas pela presença da assessoria técnica, por meio das metodologias participativas utilizadas, que primavam pelas decisões coletivas e respeito à cultura local. Diz a técnica da Coopervida: “a Coopervida e o Dom Helder sempre estavam atentos a projetos que respeitassem a identidade de camponês. Havia essa preocupação em mostrar que era possível ser agricultor e viver bem”.

Identificar-se como agricultor ou agricultora fortalece os laços existentes nos projetos comunitários:

Eu sempre tive orgulho de dizer que sou agricultor, nunca tive vergonha e olhe que é uma vida muito difícil (Josimo, 77 anos).

Quando eu era mais nova, eu tinha vergonha de dizer que era agricultora. Lá em Apodi, quando eu estudava, o povo mangava e eu ficava encabulada. Depois que os técnicos vieram e disseram a importância do agricultor pra sociedade, hoje eu entendo que é importante ser agricultora (Dorothy, 30 anos).

O fato de os agricultores afirmarem a existência do trabalho coletivo não significa a ausência dos conflitos. Estes existem na medida em que cada família é diferente, com necessidades e opiniões diversas. Todavia, o essencial é que os agricultores demonstraram clareza de que conflitos e opiniões divergentes devem ser enfrentados com o diálogo e confiança comunitária:

Aqui eu não vou falar que não tem brigas, até tem, mas é coisa passageira, nada de tão sério. Nos projetos tinha sempre aqueles que gostavam de reclamar de tudo, de botar defeito, mas no final os técnicos conversavam com eles e tudo se resolvia (Chico, 42 anos).

Nesses termos, podemos inferir que o trabalho de assessoria técnica, por meio das metodologias participativas utilizadas, possibilitou que os agricultores reafirmassem sua identidade cultural, muitas vezes represada pela educação formal. Uma pedagogia participante, libertadora e inclusiva, como nos lembra Freire (2008), vai além da escola, pois pode ser organizada nos movimentos sociais e na prática social, a partir dos traços culturais existentes em cada comunidade.

2.5 Processo de conquista de direitos

Compreender como se deu o processo de conquista de direitos no assentamento Moacir Lucena constituiu-se numa tarefa imprescindível para a análise da tomada de consciência dos agricultores, diante das injustiças e manipulação do poder do Estado. A participação nas reuniões, encontros e intercâmbios promovidos por diversas entidades possibilitou fornecer elementos para a promoção dos projetos coletivos e pessoais na vida comunitária.

É nesses espaços de formação e mobilização para a cidadania que a conquista de direitos deve emergir, representando a capacidade de organização efetiva e o enfrentamento diante das injustiças, como nos lembra Jacob (2003). Isto teve um significado fundamental para os dois membros da direção da UGP/ PDHC, quando mencionam que *“esses espaços tinham como função principal o despertar da consciência dos agricultores, para animá-los às lutas sociais”*.

No tocante ao direito à terra, é possível perceber nas falas dos agricultores de Moacir Lucena que o valor dado a esse bem vai além do econômico, pois perpassado pelo aspecto sentimental e cidadão. As falas a seguir são representativas desses aspectos: *“Foi o dia mais feliz quando a terra passou a ser nossa e também porque agora nós tínhamos nosso direito de plantar só pra nós”* (Zé Maria, 65 anos).

Outro direito não menos importante para os agricultores foi a questão da moradia. A luta em fazer a planta e construção da casa, de acordo com o desejo dos assentados, possibilitou um apego muito maior a esse bem.

Nesse contexto, o PDHC/Coopervida fortaleceu, por meio das metodologias participativas, os vínculos de solidariedade e confiança já existentes em Moacir Lucena. As discussões nas reuniões dos projetos giravam em torno dos problemas comunitários,

direitos sociais, participação do assentamento nos espaços de interesse dos agricultores, entre outras. As falas dos agricultores exprimem que as discussões levantadas pelos técnicos estão relacionadas a uma melhor compreensão do trabalho de ajuda mútua, igualdade e superação dos mecanismos de opressão na construção de uma ordem social mais justa. Assim se refere uma agricultora:

Criamos mais consciência dos nossos direitos, era envolvida em tudo e eu gostava bastante de ir para os encontros, conheci gente nova. Aqui no Moacir o povo ficou mais esperto, porque antes só fazia escutar, depois dos técnicos a gente começou a perguntar, como vai ser feito isso e aquilo vem quando? Era assim, ficamos mais olho aberto (Margarida, 48 anos).

Para enfrentar o quadro de miséria vivido pelos agricultores, antes do financiamento dos projetos do PDHC, os técnicos trabalharam temas, como o direito à alimentação. Segundo a técnica do Dom Helder, trabalhar com os agricultores a melhoria da qualidade de vida era antes de tudo romper com o sistema opressor, a partir do acesso ao alimento, seja através da galinha, do feijão ou hortas: “*sempre conversávamos com os agricultores sobre a importância de se alimentar pelo menos três vezes ao dia e ter animais no quintal produtivo como forma de garantir a comida e renda.*” Neste sentido, dizem os agricultores:

Começamos a criar nossos bichos, a plantar acerola, goiaba e outras coisas no quintal. Abriu nossa mente (Burnier, 46 anos).

Eles (técnicos) sempre falaram da importância de se alimentar bem, dizia que era importante comer frutas, feijão, arroz e aproveitar tudo que tinha no assentamento (Cleusa, 43 anos).

No tocante ao direito à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, constatou-se que a assessoria técnica fez um trabalho dedicado à discussão de gênero, com a criação de um grupo de mulheres, com espaço de formação e socialização. Assim se refere uma agricultora:

Nós mulheres sempre fomos muito discriminadas, não podíamos falar nas reuniões da comunidade (associação). Só quem tinha direito eram os homens. Depois disso foi mudando, a técnica na minha vida foi uma benção, minha vida melhorou muito depois das palestras dela. Eu fui entendendo que eu posso fazer o que quiser e que também tenho direito de ir pra onde quero (Adelaide, 46 anos).

No entanto, após o encerramento das atividades do PDHC, no assentamento, o grupo de mulheres deixou de se reunir. Seja como for, os processos de decisão na comunidade têm a presença da mulher, mesmo que seja, ainda, em número reduzido, como nos informa a agricultora Margarida: “*se tiver qualquer coisa aqui, eu vou pra*

saber o que vai ser feito na comunidade. Muitas mulheres desanimaram, mas ainda tem ainda umas resistindo e eu sou uma delas”.

Assim, podemos inferir que o trabalho realizado pelo PDHC/Coopervida contribuiu para o rompimento das manipulações impostas pelo contexto social, embora a pesquisa tenha evidenciado certos limites participativos após o encerramento da assessoria técnica em Moacir Lucena. Como lembra Demo (1993, p. 18), “não existe [participação] suficiente e nem acabada. Participação que se imagina completa, nisso mesmo começa a regredir”.

Conclusão

As análises apresentadas ao longo deste trabalho revelaram que as metodologias participativas, utilizadas pelo PDHC/Coopervida – o estímulo para que homens, mulheres e jovens do assentamento se coloquem nas reuniões para participação e mobilização comunitária, o desenvolvimento da escuta por parte dos técnicos em relação às demandas dos agricultores, as reuniões de planejamento para decisão coletiva de ações, os cursos realizados à luz das necessidades e do respeito à cultura local, os contatos dos assentados com outras comunidades, o enfrentamento e a resolução de conflitos, a educação informal pautada na troca de saberes –, colaboraram para que as famílias de Moacir Lucena experimentassem formas diferenciadas de assistência técnica e extensão rural, na perspectiva do desenvolvimento local.

O trabalho conjunto desenvolvido entre o PDHC/Coopervida e os agricultores de Moacir Lucena, durante os 10 anos de atividades, revelou que o acesso às metodologias participativas contribuiu para a participação e o empoderamento dos agricultores e agricultoras no assentamento, refletidos, principalmente, no nível de organização comunitária alcançado, que possibilitou construir, na comunidade, os projetos produtivos financiados pelo PDHC; na participação ativa de homens, mulheres e jovens nas assembleias da associação local e em outras instâncias de decisão fora da comunidade, por meio do exercício livre e autônomo da palavra; na formação de grupos específicos para reflexão sobre temas relacionados à condição da mulher e do jovem no meio rural. Aspectos que reafirmam a importância das metodologias participativas no trabalho de Extensão Rural contemporânea, para refletir de forma crítica sobre uma

realidade social vivida, por técnicos e agricultores, na perspectiva do desenvolvimento local.

Do ponto de vista econômico, o que se observou no assentamento Moacir Lucena foi a construção planejada conjuntamente pelos técnicos e agricultores das atividades econômico-produtivas, por meio dos projetos financiados pelo PDHC, manejo da caatinga, caprinocultura, apicultura, polpas de frutas e hortas, garantindo uma melhoria da renda e da qualidade alimentar dos assentados. Ao lado disso, os agricultores desenvolveram a produção de pequenos animais, como estratégia para suplementação alimentar e de renda, em momentos de dificuldades financeiras no assentamento.

Entretanto, com o encerramento das atividades de extensão e de assistência técnica do PDHC/Coopervida em Moacir Lucena, o que se observou foi um desânimo dos agricultores para tocar sozinhos os projetos produtivos implantados na comunidade. Mesmo que tenha sido longo o tempo de assessoria técnica do PDHC/Coopervida no assentamento, se comparado a outros trabalhos de Extensão Rural desenvolvidos em comunidades rurais, houve vários depoimentos de assentados, alegando a necessidade de continuidade da assistência técnica especializada para os projetos econômicos produtivos no assentamento.

Em decorrência disso, um processo gradual de desmobilização comunitária e enfraquecimento econômico dos agricultores foi percebido por meio das entrevistas. Aspectos agravados em virtude do longo período de estiagem na região, das exigências da Anvisa na produção de polpas de frutas, além da falta de políticas públicas, por parte do governo local, para apoiar o assentamento. Uma explicação de caráter mais geral dessa situação pode estar ligada à dependência política e social a que a população do campo, em particular a do semiárido, ficou submetida historicamente. No passado, a Extensão Rural reforçou esse tipo de dependência, por meio dos projetos verticais de desenvolvimento rural.

Por fim, podemos inferir que as metodologias participativas utilizadas pela Extensão Rural e assistência técnica do PDHC contribuíram na perspectiva do desenvolvimento local de Moacir Lucena. Por meio dessas metodologias, as atividades do PDHC/Coopervida foram capazes de considerar as vocações e potencialidades econômicas locais, gerir coletivamente os processos decisórios na comunidade, estimular o associativismo e a autonomia dos agricultores. Aspectos que refletiram, apesar do encerramento das atividades do PDHC/Coopervida, em Moacir Lucena, uma

melhoria da qualidade de vida dos sujeitos envolvidos, além de despertá-los para a importância do trabalho coletivo, no enfrentamento dos problemas econômicos e sociais do campo.

REFERÊNCIAS

- AMMANN, S.B. **Participação social**. 2. ed. São Paulo: Cortez e Moraes Ltda. 1978.
- ARAÚJO, E. R; JALFIM, F.T; SIDERSKY, P.R. **A estratégia de assessoria do projeto Dom Helder Camara**. 2. ed. Recife: projeto Dom Helder Camara, 2010.
- ARROYO, M.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. (org.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. 30-98 p.
- AZEVEDO, S.; JUNIOR, O. A. S.; RIBEIRO, L. C. Q. **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan. 2004. 56-87 p.
- BAVA, C. S. **Participação, representação e novas formas de diálogo**. São Paulo: Instituto Pólis 2001, 52 p.
- BAVA, C. S. Participação e representação. **Diário de São Paulo**, São Paulo, 29 jun. 2004.
- BORDENAVE, E. J. D. **O que é participação**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- BRASIL. Lei 12. 188 de 11 de Janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei nº 8. 666, de 21 de Junho de 1993, e dá outras providências. **Diário oficial da República Federal do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 de Jan. 2010.
- BROSE, M. Marco conceitual. In: BROSE, M. (org). **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999, 10- 65 p.
- BUARQUE, S C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento sustentável**. IICA, Brasília, 1999.

CALDART, R.S. **Pedagogia do movimento sem-terra**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, 45-102 p.

CALLOU, A. B. F. Extensão Rural: polissemia e resistência. In: CALLOU, A. B. F.; TAUKE SANTOS, M. S. (org) **Extensão rural – extensão pesqueira: estratégias de ensino e pesquisa**. 1. ed. Recife: FASA, 2013, 19-48 p.

CALLOU, A. B. F.; TAUKE SANTOS, M. S. desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local. In: CALLOU, A. B. F.; TAUKE SANTOS, M. S. (org) **Extensão rural – extensão pesqueira: estratégias de ensino e pesquisa**. 1. ed. Recife: FASA, 2013, 477-482 p.

CAPORAL, F. R. Em direção à extensão rural do futuro: Caminhos possíveis no Rio Grande do Sul. In: BRACAGIOLI NETO, Alberto (org) **Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural**. Porto Alegre: EMATER-RS/ASCAR, 1999, 119-165 p.

_____. **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2007.

CARVALHO FILHO, M.V. **Assessoria ao processo de desenvolvimento local**. IICA, 1999.

CARVALHO, H. M. de. **Participação e cidadania**. Projeto Aridas: uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Nordeste. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, 1994.

CASTELLS, M.; BORJA, J. **As cidades como atores políticos**. Novos estudos CEBRAP – Dossiê Cidades (mimeo.), nº 45, 1996.

CORDIOLI, S. **Enfoque participativo: um processo de mudança**. Conceitos, instrumentos e aplicação prática. Porto Alegre: Genesis, 2001, 57-85 p.

DANTAS, L.B.; FILHO, J. L.; LIRA, J. F. B.; MARACAJÁ, P. B.; FILHO, E. T. A agroecologia nos assentamentos de: Moacir Lucena, Sítio do Góis e Vila Nova em Apodi – RN. **Revista: GVAA**, Mossoró, v.1, n.1, janeiro-março de 2007, 01-12 p.

DEMO, P. **Participação é conquista**. Fortaleza: EUFC, 1993.

DIAS, M. M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Revista: Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte, v.1, n.1, jun./dez, 2008.

- FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista:** Estudos Feministas, Florianópolis: UFSC (impresso), v. 12, n. 1, jan/abr, 2004, 47- 72 p.
- FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Loyola, Coleção educação popular n° 3, 1985, 92 p.
- FRANCO, A. **Desenvolvimento local integrado e sustentável dez consensos.** Proposta. n. 78 Setembro/Novembro, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 47. ed. Rio de Janeiro: paz e Terra, 2008.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Revista:** Saúde e Sociedade. v.13, n.2, maio/ago, 2004, 20-31 p.
- JACOBI, P. Pobreza e forma de ação coletiva. In: CAMAROTI, I; SPINK, P. (org) **Estratégias locais para a redução da pobreza:** construindo a cidadania. Programa de Gestão Pública e Cidadania – Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: EAESP, 2003, 23-26 p.
- JALFIM, F; SIDERSKY, P. **A estratégia de assessoria técnica do projeto Dom Helder Camara.** 1. ed. Recife: projeto Dom Helder Camara, 2009.
- JARA, Carlos J. **Desenvolvimento local sustentável e democracia.** Porto Alegre: IICA, 2000.
- LIMA, I. S.; ROUX, B. As estratégias de comunicação nas políticas públicas de assistência e extensão rural para a agricultura familiar no Brasil. In: CIMADEVILLA, G. **Comunicación, Tecnología y Desarrollo.** 1. ed. Rio Cuarto: Universidad Nacional de Rio Cuarto, v. 1. 2008, 91-112 p.
- MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista:** Interações. v. 3, n. 5, Set. 2002, 51-59 p.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo, 1996.
- MONTEIRO, A. L.; NUNES, C. do S. C. Formação continuada de professores de classes multisseriadas do campo: perspectivas, contradições, recuos e continuidades. In.

- HAGE, Salomão Mufarrej; ROCHA, Maria Isabel Antunes- (org). **Escola de Direito: reinventando a escola multisseriada**. 1. ed. Belo Horizonte: autentica. 2010, 263-284 p.
- OLIVEIRA, F de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo. Caderno Gestão Pública e Cidadania. EASP/FGV, 2001.
- PERUZZO, C. K. **Comunicação na construção da cidadania**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004, 73- 87 p.
- SILVA, R. M. A. da. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista: Econômica do Nordeste**. Fortaleza: BNB, v. 38, n 3, jul-set. 2007, 466-485 p.
- TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- VIONE, G. F. **Metodologias participativas na construção de planos de desenvolvimento local**. 2002. 47 p. Trabalho de conclusão de curso (especialização) - Pós-graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2002.
- WATANABE, C. H. **Por uma pedagogia da participação: a experiência das famílias agricultoras no território do sertão do Apodi/Rio Grande do Norte**. 2010. 44 p. Trabalho de conclusão de curso (especialização) – Programa de formação de conselheiros nacionais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- YIN. R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.